Maio/Agosto 2017
Ano 12_nº82/83
www.quercus.pt
Distribuição gratuita

Quercus AMBIENTE

Carlos Carrapato

O SARAMUGO
ANA CARDOSO, BIÓLOGA DO ICNF

Páginas 10_11

ENTREVISTA A CARLA SANTOS
INVESTIGADORA DO MARE-ISPA

Páginas 4_5

QUERCUS INTENSIFICA TRABALHO NA ÁREA DOS PESTICIDAS, A NÍVEL NACIONAL E EUROPEU

Página 6_7

Mecenas Principal

REN Redes Energéticas Nacionais

Mecenas Jornal

valorpneu

EM DESTAQUE

INCÊNDIO DE PEDRÓGÃO GRANDE

QUERCUS CONSIDERA NECESSÁRIO APURAMENTO DE RESPONSABILIDADES E RELEMBRA ERROS DE GESTÃO DE SUCESSIVOS GOVERNOS NA ÁREA DA FLORESTA

Por Direção Nacional da Quercus – ANCN

A Quercus vem manifestar o seu profundo pesar pelas vítimas mortais da tragédia do grande incêndio de Pedrógão Grande, Castanheira de Pêra e Figueiró dos Vinhos, em especial aos familiares das vítimas e cidadãos dos Municípios atingidos. Nesta ocasião, relembra também os erros de gestão e as más decisões políticas na área das florestas que têm vindo a ser tomadas pelos sucessivos Governos e exige que depois de terminados os trabalhos de combate a este incêndio, e do apoio às vítimas, se faça uma reflexão profunda sobre o que levou a estes trágicos acontecimentos.

AUSÊNCIA DE ORDENAMENTO E GESTÃO FLORESTAL

Perante este cenário preocupante, a Quercus relembra os alertas que efetuou ao longo de muitos anos, aos sucessivos Governos, para a necessidade de serem aprovadas políticas públicas de longo prazo, promotoras da gestão sustentável da floresta, mas que infelizmente continuam sem ser aprovadas e implementadas.

Os incêndios florestais são considerados o maior problema ambiental no nosso País, contudo, o Governo continua sem implementar políticas públicas de longo prazo promotoras da gestão sustentável da floresta e do espaço rural, que tornem o território mais resiliente aos incêndios.

O Governo anterior, de forma totalmente irresponsável, aprovou um regime de arborização (conhecido pela "Lei do eucalipto" pelo favorecimento que dá a esta espécie), que está a promover o desordenamento, com a expansão dos eucaliptais e o consequente aumento da propagação e severidade dos incêndios florestais, que afetam pessoas e bens, com consequências nefastas em termos sociais, ambientais e económicas. Por outro lado, o Governo atual, que prometeu acabar com esta "Lei do eucalipto", não conseguiu até ao momento cumprir essa promessa.

O eucalipto é já a espécie florestal que ocupa a maior área em Portugal, tendo ultrapassado o pinheiro bravo e o sobreiro, ocupando a escandalosa área de cerca de 900.000 ha.

Com a existência de enormes manchas contínuas de eucaliptal, por vezes de milhares de hectares, acaba por ser inevitável a ocorrência de grandes fogos, uma vez que o eucalipto é muito inflamável e origina incêndios de grande intensidade, agravados pelo facto do vento gerado pelo próprio incêndio projetar para outros locais casca de eucalipto em chamas, dando origem a outras frentes de fogo.

INCUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS (DFCI)

Nas atribuições da legislação do Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (SNDFCI), o Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) é responsável pela coordenação das ações de prevenção estrutural, nomeadamente o planeamento com a gestão de aceiros e a organização do território florestal, situação atualmente descurada.

Os Municípios, por seu lado, têm a obrigação legal de elaborar e fazer cumprir o Plano Municipal de Defesa de Florestas Contra Incêndios (PMDFCI) e o Plano Operacional Municipal (POM), o que tem sido claramente negligenciado na maioria dos municípios nacionais.

A Quercus considera que o deficiente cumprimento da legislação de DFCI, bem como o laxismo das administrações locais e central relativamente a este tema, tem agravado o problema da propagação dos fogos florestais em Portugal, com elevados prejuízos ambientais, materiais e humanos pelo que, a bem da justiça, se julga ser fundamental o apuramento de responsabilidades.

Devido ao incumprimento da legislação da Defesa da Floresta Contra Incêndios, há quatro anos foi efetuada pela Quercus uma queixa-crime à Procuradoria-Geral da República, que infelizmente acabou por não ter consequências.

O FUTURO DA FLORESTA

Sem uma alteração das políticas públicas para a floresta e desenvolvimento rural, que promovam o investimento no mundo rural para manter as culturas, numa paisagem em mosaico mais resiliente aos incêndios, o país vai provavelmente continuar a assistir a tragédias sucessivas, que não podemos aceitar. O paradigma em vigor atualmente faz recair no Estado, ou seja em todos nós, a responsabilidade e a fatura a pagar com estas tragédias, para alguns poucos lucrarem com as medidas que vão sendo aprovadas a jeito para proteger o seu negócio.

As alterações climáticas, que já se fazem sentir em Portugal, trazem desafios adicionais ao setor florestal, com a frequência crescente de situações climáticas extremas, como períodos prolongados de seca, que fazem aumentar ainda mais o risco de incêndio.

A Quercus considera que depois desta fase de combate e do necessário apoio às vítimas dos incêndios, deve ser feita uma reflexão profunda sobre o que levou a estes trágicos acontecimentos, para que, com medidas firmes e rápidas, sejam reajustados os dispositivos em vigor e alterado de forma radical o paradigma em vigor na floresta nacional.

A Quercus apela ao atual Governo de Portugal que não cometa os erros de Governos anteriores e faça uma refundação da política florestal em Portugal, com uma aposta na floresta autóctone e no ordenamento florestal. A bem da Floresta e do Território!

MACROSCÓPIO
SOLOS

João Branco
Presidente da Direção Nacional da Quercus

Solos saudáveis desempenham funções essenciais no funcionamento dos ecossistemas, na segurança alimentar, na preservação da biodiversidade, e, entre outras, na mitigação do aquecimento global e adaptação às alterações climáticas. Além de fornecer o habitat para a biodiversidade que ocorre abaixo do solo, o próprio solo é essencial para a sobrevivência da maioria das espécies que ocorrem acima dele.
Também na saúde humana, a qualidade do solo tem grande influência, uma vez que tem implicações na qualidade dos alimentos e da água. Além disto, os solos desempenham a importante função, ainda mais nos tempos que correm, de captar grandes quantidades de carbono e, por isso, de mitigação dos efeitos e de adaptação às alterações climáticas. O solo é um elemento-chave do sistema climático. É a segunda maior reserva de carbono, ou "sumidouro", depois dos oceanos.
Apesar dos benefícios que o Solo traz para o bem-estar e sustentabilidade do nosso Planeta, os solos têm vindo a enfrentar inúmeros desafios. A taxa atual de degradação do solo ameaça a capacidade das gerações futuras de satisfazer as suas necessidades básicas: sem solos férteis, a segurança alimentar está em risco. Construção, impermeabilização, erosão, diminuição do teor de matéria orgânica, perda de biodiversidade e contaminação são os principais problemas que ameaçam os solos em todo o Mundo.

Na União Europeia (UE), todos os anos, 1.000 km2 são cobertos por superfícies de betão e asfalto. A agricultura intensiva praticada em todo o território ameaça as espécies endémicas e os seus habitats. Cerca de 250.000 locais têm solos contaminados. As maiores emissões de CO_2 dos solos na UE são resultantes das alterações do uso do solo e, especialmente da drenagem de zonas húmidas, atingindo o valor de 40-20 toneladas de CO_2 por hectare por ano.

Em Portugal, %32,6 do território encontra-se em situação degradada, sendo que a aridez dos solos atinge a totalidade do interior Algarvio e do Alentejo, progredindo para as zonas do Noroeste, litoral sul e montanhas do Centro. A par da suscetibilidade natural de algumas zonas do país para este fenómeno, a desertificação tem-se dado, devido a culturas agrícolas intensivas, à utilização de pesticidas e herbicidas, à rearborização de milhares de hectares de espaços florestais com espécies exóticas, à erosão e contaminação causada pelos incêndios que todos os anos assaltam as nossas florestas e, entre outros fatores, ao abandono das terras do interior. Este ano, em consequência da elevada área ardida, teremos cerca de meio milhão de hectares de solo fragilizados, sem cobertura vegetal, sujeitos à ação das chuvas e do vento.

Os níveis de erosão, principalmente nas zonas de maior declive, irão ser elevadíssimos. Não podemos permitir que este recurso fundamental continue a ser mal utilizado e degradado, com consequentes perdas das suas funções ecológicas. Não podemos aceitar um aumento da dependência dos solos agrícolas de outros continentes, resultando em altas pressões sobre ecossistemas naturais e povos indígenas.
O solo é um bem comum essencial para as nossas vidas mas, presentemente, os solos na Europa estão desprotegidos contra decisões arbitrárias e agressões que produzem efeitos de degradação, erosão ou cimentação. É uma lacuna legal existente nas leis de Portugal, dos Estados-Membros nas Políticas ambientais europeias: como é possível parar a perda de biodiversidade se os ecossistemas são destruídos pela urbanização e infraestruturas? Como é possível lidar com a mitigação das alterações climáticas sem considerar o solo?
Por todas estas razões, é necessária a adoção de um quadro jurídico específico, Nacional e Europeu, para a proteção dos solos que inclua:

- o reconhecimento dos serviços ecossistémicos fornecidos pelo solo e reconhecimento da sua importância para a conservação da biodiversidade e segurança alimentar;
- a implementação de políticas que promovam as práticas agrícolas extensivas, de forma a reverter a tendência decrescente dos teores de matéria orgânica e reduzir o uso de fertilizantes sintéticos e pesticidas;
- a implementação de políticas que ajudem no acesso à terra e ao seu uso pelos agricultores e comunidades locais;
- a implementação de políticas que protejam a nossa floresta autóctone e promovam a (re)arborização com espécies mais sustentáveis do que o eucalipto e o pinheiro bravo;
- a implementação de um sistema de monitorização do uso da terra;
- a avaliação dos impactos da mudança de uso do solo no balanço hídrico, incluindo a obrigação de medidas compensatórias para cada intervenção que modifique a permeabilidade dos solos;
- um programa de remediação para solos contaminados, a ser implementado através de medidas fiscais e financeiras, sob o princípio do "poluidor-pagador";
- um programa de ações preventivas e de sensibilização junto dos proprietários, relativo à sua responsabilidade por atividades com risco significativo de poluição do solo.

EDITAL
AVISO CONVOCATÓRIO

Assembleia do Núcleo Regional de Viseu

De acordo com os Estatutos da Quercus – Associação Nacional de Conservação da Natureza, convocam-se todos os associados residentes na área geográfica de intervenção do Núcleo Regional de Viseu para a respetiva Assembleia de Núcleo, a realizar no dia 08 de dezembro de 2017, pelas 10h30, na Escola Superior Agrária de Viseu, Quinta da Alagoa - Estrada de Nelas, Ranhados, Viseu, e com a seguinte ordem de trabalhos:

1 - Informações;
2 - Apresentação, discussão e deliberação sobre o relatório de actividades e de gestão do ano de 2016;
3 - Eleição para a Direcção do Núcleo Regional;
4 - Apresentação e votação dos planos de actividades e do orçamento para o ano de 2017;
5 - Outros assuntos.

A Assembleia de Núcleo reunirá em primeira convocatória se estiverem presentes mais de metade dos associados com direito a voto, e em segunda convocatória, meia hora depois, com qualquer número de associados. O sócio que presidirá à Mesa da Assembleia será o sócio Hélder Viana.

Nome do sócio que presidirá à Mesa: Hélder Viana

Lisboa, 19 de agosto de 2017

O Presidente da Direção Nacional,
João Branco

ENTREVISTA

Entrevista a Carla Santos, Investigadora do MARE - ISPA

Por Nuno Sequeira e Sandra Pereira

Miriam Casal

Carla Sousa Santos

“... acredito que o caminho para a sensibilização e mobilização para a conservação da Biodiversidade se faz com a difusão do conhecimento.”

Carla Sousa Santos - Doutorada em Biologia pela Universidade de Lisboa (2007). É investigadora pós-doutorada no Laboratório de Genética Evolutiva do ISPA – Instituto Universitário e membro do MARE – Centro de Ciências do Mar e do Ambiente. Trabalha com peixes de água doce autóctones desde 2001, tendo como principais áreas de investigação a Genética Populacional, Genética Aplicada à Conservação, Filogenia, Filogeografia, Biogeografia, Etologia e Conservação Ex-situ. Publicou mais de três dezenas de artigos em revistas científicas internacionais, apresentou mais de 50 comunicações em congressos nacionais e internacionais, e foi co-autora do primeiro Atlas Genético Nacional de Peixes Ciprinídeos.

A Carla Santos já trabalha há vários anos na conservação de peixes autóctones de água doce. Como resumiria o trabalho que tem vindo a desenvolver ao longo da sua carreira nesta área?
Comecei a trabalhar com peixes de água doce autóctones da Península Ibérica há mais de 16 anos, quando aceitei o desafio do meu orientador de estágio de Licenciatura, o Professor Doutor Vítor Almada, para descrever a ictiofauna da Região Oeste do nosso país e estudar o comportamento reprodutor dos escalos-do-sul (*Squalius pyrenaicus)*, uma das espécies autóctones sob ameaça na Península. A partir daí desenvolvi vários trabalhos de investigação, no âmbito do meu Doutoramento e durante o meu percurso de investigação pós-doutorada, que incidiram sobre aspectos relacionados com a Evolução e Conservação de um grupo particular de peixes de água doce: os ciprinídeos. A investigação que desenvolvi em conjunto com colegas do ISPA e de outras faculdades permitiu, por exemplo, descrever uma nova espécie para a ciência (o ruivaco-do-Oeste, *Achondrostoma occidentale*); descortinar a história evolutiva de várias espécies (estimando a altura em que divergiram dos seus ancestrais e traçando hipóteses para reconstituir as rotas que terão seguido para colonizar a Península Ibérica); contribuir para o conhecimento da genética e dos modos de reprodução de um peixe híbrido absolutamente surpreendente que ainda hoje suscita questões evolutivas fascinantes (o bordalo, *Squalius alburnoides*); quantificar a diversidade genética atual de todas as espécies existentes em todas as bacias e sub-bacias de Portugal; e colocar o conhecimento adquirido ao serviço da gestão e conservação da Biodiversidade, idealizando e implementando um projecto pioneiro de Conservação Ex-situ.

E atualmente, quais são os principais projetos em que está envolvida a este nível?
O meu trabalho continua a centrar-se na Genética Aplicada à Conservação de peixes de água doce autóctones e interessa-me sobretudo perceber como é que as espécies dos pequenos rios intermitentes do centro e sul do país estão a reagir ao aumento de intensidade das secas estivais devido às alterações climáticas, tendo em simultâneo que lidar com inúmeros fatores de ameaça de origem antropogénica. Tenho ainda algumas questões em relação ao que foi o passado destas espécies na Península Ibérica a que quero dar resposta, mas estou atualmente bastante interessada em investigar a fundo como é o seu presente e qual poderá ser o seu futuro. Para isso, implementaremos a curto prazo um programa de monitorização regular das populações ameaçadas, de modo a obter longas séries temporais de dados que nos permitam caracterizar mais detalhadamente o seu estado de conservação. Não é simples porque infelizmente o financiamento para este tipo de estudos é difícil de obter, embora gerem dados absolutamente fundamentais. Para a dimensão que tem, o nosso país apresenta uma grande percentagem de espécies endémicas e esse património natural não é ainda suficientemente conhecido e valorizado. A sua extinção seria uma perda de valor inestimável. Espero nos próximos anos poder não só continuar a contribuir para a minimização do atual risco de extinção das espécies de peixes de água doce autóctones de Portugal, como também para uma maior sensibilização da sociedade em relação a esta temática.

O MARE-ISPA, onde a Carla desenvolve a sua atividade, é uma referência no ensino e na investigação na área da Ictiofauna. O que nos pode dizer sobre aquilo que são as grandes linhas de trabalho do MARE-ISPA, ligadas a esta área?
O MARE-ISPA é um dos oito pólos de investigação que constituem o MARE – Centro de Ciências do Mar e do Ambiente, um centro de investigação de excelência no estudo de ecossistemas aquáticos. No ISPA, a maior parte dos investigadores trabalha com espécies da Ictiofauna (de água doce e marinha), em áreas bastante diversificadas como a Filogenia e Filogeografia, a Genética Populacional, a Ecologia, a Etologia, a Conservação e monitorização de áreas protegidas, a Fisiologia ou a Acústica. Os alunos da Licenciatura em Biologia e do Mestrado em Biologia Marinha e Conservação do ISPA beneficiam da existência destas múltiplas linhas de trabalho, sendo integrados desde cedo em trabalhos práticos de investigação.

Sara Francisco

Amostragem de ictiofauna autóctone com recurso a pesca elétrica

Portugal, com uma grande parte do seu território continental integrado na região biogeográfica mediterrânica, é considerado um dos *hotspots* da biodiversidade a nível mundial. Naquilo que se refere à diversidade de peixes autóctones de água doce, também podemos considerar que Portugal se destaca pela positiva?
Sem dúvida, podemos encontrar nos rios portugueses pelo menos 30 espécies autóctones de peixes estritamente dulciaquícolas (ou seja, que não são migradoras nem estuarinas). Destas, 11 são espécies endémicas do nosso país e 15 são endémicas da Península Ibérica, o que se traduz numa percentagem de endemismo de quase 90%. Ou seja, a grande maioria das espécies autóctones de peixes de água doce que podemos encontrar nos rios Ibéricos chegaram cá pelos seus próprios meios (sem intervenção humana), há alguns milhões de anos, e aqui foram acumulando mutações que as tornaram diferentes das espécies ancestrais que lhes deram origem. Este fenómeno de especiação é explicado em parte pelo isolamento a que as espécies foram sujeitas e ocorre igualmente noutras penínsulas da orla Mediterrânica, fazendo com que esta região seja de facto considerada um dos locais mais ricos em termos de biodiversidade, a nível mundial.

E em termos gerais, qual lhe parece ser o panorama nacional ao nível da conservação dos peixes autóctones de água doce? Há realmente muitas espécies ameaçadas e com o seu futuro em risco?
Infelizmente, a conservação da maioria dos peixes autóctones de água doce está seriamente ameaçada. Das 30 espécies estritamente dulçaquícolas que referi anteriormente, 14 foram consideradas "em perigo" ou "criticamente em perigo" de extinção e cinco não possuem ainda estatuto de ameaça atribuído pela entidade nacional em matéria de conservação (ICNF) uma vez que não tinham sido ainda descritas em 2005, aquando da última edição do Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal. No entanto, sabe-se que estas cinco espécies recentemente descritas estão igualmente bastante ameaçadas, pelo que penso ser realista afirmar que o risco de extinção é atualmente elevado para cerca de 60% das espécies autóctones, o que é um cenário extremamente perturbador.

E quais são as espécies onde o perigo de extinção é maior?
As espécies com maior risco de extinção, com estatuto de "Criticamente em Perigo", são o saramugo (*Anaecypris hispanica*), a boga-portuguesa (*Iberochondrostoma lusitanicum*), o escalo-do-Arade (*Squalius aradensis*), o escalo-do-Mira (*Squalius torgalensis*), a boga-do-sudoeste (*Iberochondrostoma almacai*) e a lampreia-de-riacho (*Lampetra planeri*). Juntaria a esta lista, o ruivaco-do-Oeste (*Achondrostoma occidentale*), a boga-de-Lisboa (*Iberochondrostoma olisiponensis*) e três espécies de pequenas lampreias não migradoras (*Lampetra alavarensis, Lampetra auremensis* e *Lampetra lusitanica)*. Estas cinco espécies não foram incluídas no Livro Vermelho por terem sido descritas posteriormente mas apresentam atualmente efetivos populacionais muito baixos e áreas de distribuição bastante reduzidas.

Quais considera serem atualmente as grandes ameaças à conservação dos peixes de água doce em Portugal?
Há várias ameaças à conservação destes peixes, relacionadas direta ou indiretamente com ações humanas. Destacaria a poluição de origem agrícola, doméstica e industrial; e a destruição dos habitats fluviais, nomeadamente a que decorre da extração de inertes do leito, do corte da galeria ripícola e de obras de impermeabilização e linearização dos cursos de água. A proliferação de espécies exóticas e invasoras, a construção de barragens e de outras barreiras intransponíveis à livre circulação dos peixes e a escassez de água são igualmente fatores de ameaça com bastante impacto. Acresce ainda o facto de os rios do centro e sul do país estarem localizados numa região climática que se prevê vir a ser fortemente afetada pelos efeitos das alterações climáticas globais. Mais especificamente, com o aumento da intensidade e duração das secas estivais, que coincidem temporalmente com a época de reprodução dos peixes e subsequente período de crescimento de juvenis, prevê-se que o número de peixes possa diminuir substancialmente em cada geração, aumentando o risco de extinção das espécies.

E a nível de medidas que possam ajudar a melhorar esta situação, o que mais poderia feito em termos nacionais?
A conservação dos peixes autótones de água doce está necessariamente relacionada com a conservação dos ecossistemas fluviais dos quais eles são parte integrante. Para isso, tem de haver um forte investimento na melhoria efetiva da qualidade da água e na restauração das galerias ripícolas com plantação de espécies vegetais autóctones, para minimizar o risco de erosão dos taludes, o arrastamento de poluentes para o curso de água, e a evaporação durante os períodos de seca estival (devido ao maior ensombramento ao leito). Seria igualmente importante investir no restauro da conectividade fluvial, eliminando barreiras transversais dispensáveis ou obsoletas, e na utilização de técnicas de engenharia natural para estabilização das margens. Finalmente, a introdução e proliferação de espécies exóticas e invasoras é um problema que assume dimensões bastante preocupantes, particularmente nas grandes bacias hidrográficas. Para o solucionar, a meu ver, é necessário um plano nacional de controlo e erradicação bem estruturado, com uma forte componente de sensibilização da sociedade e com uma avaliação caso a caso das medidas a implementar, uma vez que estas dependerão das espécies envolvidas e da dimensão, regime hidrológico e particularidades topográficas da bacia afetada.

Carla Sousa Santos

Ação de sensibilização para crianças do 1º ciclo do ensino básico, sobre a importância dos ecossistemas fluviais e conservação da ictiofauna autóctone

Falando agora da sensibilização para este tema, acha que a sociedade portuguesa está suficientemente sensibilizada e mobilizada para ele? O que tem vindo a ser feito para tentar tornar a conservação da nossa ictiofauna um tema mais mobilizador?
Embora note melhorias significativas, acho que em geral o valor do património natural e a necessidade da sua preservação são aspetos a que grande parte da sociedade ainda não é sensível. No entanto, acredito que o caminho para a sensibilização e mobilização para a conservação da Biodiversidade se faz com a difusão do conhecimento. É crucial continuar a investir nisso. E, neste aspeto, acho que é prioritário o investimento à escala local: quem conhece o que tem perto de casa, quem cria empatia com os recursos naturais circundantes, percebendo o seu próprio papel no ecossistema, vai naturalmente ajustar os seus comportamentos potencialmente impactantes porque percebe que pode ter um papel ativo na preservação desses recursos. Tenho tido várias demonstrações disso mesmo nas ações de sensibilização ambiental que temos feito com crianças e adultos de localidades ribeirinhas, muitos deles absolutamente surpreendidos por verem pela primeira vez os peixes de que os avós falavam. A surpresa aumenta quando, por exemplo, lhes explicamos que o ruivaco-do-Oeste não tolera água salgada e que, por isso, não chegou à zona de Torres Vedras por mar mas sim através de contactos entre rios que são hoje independentes, sendo uma espécie que resultou de um percurso evolutivo único e irrepetível com mais de 5 milhões de anos. À surpresa segue-se a empatia, o orgulho por viverem numa região com uma riqueza adicional, a vontade de contribuir para evitar a extinção, as perguntas sobre o que podem fazer. E este processo, acredito eu, pode ser catalisador de uma mudança de comportamentos não negligenciável.

Fátima Gil

Recolha de amostra de barbatana para extração de ADN e posterior determinação da diversidade genética

Considera que iniciativas como o "Projeto de Conservação ex-situ de Organismos Fluviais", uma parceria entre o ISPA, Quercus, Aquário Vasco da Gama e Faculdade de Medicina Veterinária, podem dar um contributo importante para melhorar a situação presente, tanto ao nível da conservação das espécies, como da sensibilização da população?
Sem dúvida. Na génese do "Projeto de Conservação Ex-situ de organismos fluviais" esteve uma medida de emergência que tomámos em 2006, na iminência de uma seca extrema que poderia extinguir o ruivaco-do-Oeste nas três ribeiras onde ocorre. Nessa altura, a equipa do ISPA tinha acabado de descrever a espécie e salvaguardar *stocks* dessas populações em cativeiro durante o verão para que fossem devolvidos aos seus rios de origem quando estes voltassem a ter água suficiente foi precisamente isso: tentar contribuir para melhorar a situação presente. Mas, além dos peixes resgatados, devolvemos também centenas de juvenis que entretanto tinham nascido nos tanques e isso foi o mote para o delineamento de um Projeto com características particulares, já que o objetivo seria repovoar populações selvagens e por isso era imperativo que o reportório comportamental da espécie permanecesse inalterado, sem domesticação; que não houvesse um relaxamento dos mecanismos de seleção natural; e que a diversidade genética da população selvagem fosse preservada. Passaram dez anos desde que o Projeto foi implementado e durante este período foram libertados quase 19.000 peixes criados em cativeiro, contribuindo para o reforço de 11 populações pertencentes a sete espécies ameaçadas de extinção. Paralelamente, no âmbito deste Projeto, houve uma significativa difusão do conhecimento sobre a ictiofauna autóctone e sobre a importância de preservar os ecossistemas fluviais, com repercussões práticas relevantes como uma maior vigilância dos rios por parte dos populares (que, por exemplo, comunicaram às autoridades descargas poluentes ilegais) ou a implementação de boas práticas nas ações de limpeza dos cursos de água.
Não podemos saber o que teria acontecido se, na ausência de ações de repovoamento, as populações-alvo deste Projeto tivessem perdido anualmente uma percentagem elevada dos seus elementos devido à seca e a fortes pressões antropogénicas. O que sabemos é que o destino teórico das populações pequenas é a extinção e, portanto, este Projeto contribuiu seguramente para minimizar o risco de extinção local de várias populações de peixes autóctones. Mas a conservação ex-situ é apenas uma ferramenta e não pode continuar a ser utilizada indefinidamente sem que ocorra, em paralelo, a recuperação dos cursos de água onde as espécies-alvo habitam. É, por isso, urgente eliminar os fatores de ameaça à sobrevivência destes peixes, um objetivo bem mais complicado de atingir plenamente.

QUERCUS INTENSIFICA TRABALHO NA ÁREA DOS PESTICIDAS, A NÍVEL NACIONAL E EUROPEU

Nos últimos meses a Quercus, através do seu grupo de trabalho sobre pesticidas tem intensificado esforços em torno de várias prioridades, com destaque para a campanha Autarquias sem Glifosato/Herbicidas, a participação na Iniciativa Europeia de Cidadania Stop Glifosato e a colaboração com a Pesticides Action Network.

INICIATIVA EUROPEIA DE CIDADANIA "STOP GLIFOSATO"

A ICE "Stop Glifosato - proibir o glifosato e proteger as pessoas e o meio ambiente de pesticidas tóxicos" constitui o maior esforço coletivo de cidadãos para banir o uso de glifosato na Europa. Uma ICE é um mecanismo legal através do qual os cidadãos Europeus têm o direito de participar na legislação Europeia através de uma petição que apela à criação de legislação específica.

O que queremos

Nesta ICE em particular solicita-se à Comissão Europeia que proponha aos Estados membros a proibição do glifosato, que altere o procedimento de aprovação dos pesticidas e defina metas de redução obrigatória para a utilização de pesticidas a nível da UE. E ainda que proíba os herbicidas à base de glifosato, cuja exposição tenha sido associada ao cancro em seres humanos e tenha levado à degradação dos ecossistemas; que garanta que a avaliação científica dos pesticidas para a aprovação regulamentar da UE se baseie apenas em estudos publicados, encomendados por autoridades públicas competentes em vez da indústria de pesticidas; e finalmente que estabelecer metas de redução obrigatória para a UE em relação ao uso de pesticidas, com vistas a alcançar um futuro sem pesticidas.

1 milhão de assinaturas já garantido

Em junho já tinha sido reunido mais de um milhão de assinaturas, embora faltasse atingir um número mínimo de assinaturas em alguns Estados Membros, incluindo Portugal. A Quercus reforçou a campanha promovendo o apelo à assinatura através de diversos meios de comunicação, quer junto dos associados quer junto do público em geral, tendo anteriormente produzido um Minuto Verde sobre esta ICE.

Imagem: Imagem do site da campanha coordenada pela WeMove.eu

PESTICIDAS FORA DAS SUPERFÍCIES DE INTERESSE ECOLÓGICO!

Em junho passado a Quercus aliou-se a uma campanha relâmpago promovida por um grande número de ONGs europeias, apelando diretamente a cada eurodeputado que apoiasse a proposta da Comissão Europeia de banir os pesticidas químicos nas chamadas "superfícies de interesse ecológico", áreas junto às parcelas agrícolas que têm como finalidade manter a biodiversidade e outras funções ecológicas. De facto, essa proposta da Comissão tinha sido posta em causa por alguns eurodeputados com o apoio da Comissão de Agricultura do Parlamento Europeu, pelo que no voto em plenário (com todos os eurodeputados), corria-se o risco de se voltar tudo atrás. Ainda assim, a margem de vitória foi pequena, pelo que este é um tema que vai manter as ONG atentas nos próximos tempos.

GLIFOSATO NA AGRICULTURA: PARTICIPAÇÃO EM PROJETO MEDIA EUROPEU

Tendo e vista a realização de uma campanha a nível europeu, para o abandono do glifosato na agricultura, a PAN-Europe, com o apoio do Grupo Político Europeu Verdes/Aliança Livre Europeia, está a realizar um projeto de entrevistas filmadas com os seus membros, entre os quais a Quercus. Com a colaboração de colegas do GT Agricultura da Quercus e da área da Comunicação da Quercus, foram realizadas diversas entrevistas filmadas a agricultores de 3 setores: vinha, olival e hortícolas, focadas no uso de glifosato nestas culturas, alternativas técnicas, preocupações e conselhos dos próprios agricultores a outros agricultores e ao poder político. Os vídeos serão traduzidos e organizados para formarem um coletivo de vários países, com a finalidade de pressionar Bruxelas a promover o abandono do glifosato e de outros herbicidas químicos na agricultura.

OUTRAS COLABORAÇÕES COM A PESTICIDES ACTION NETWORK-EUROPE

A Quercus participou na Assembleia Geral da PAN-Europe, realizada em Maio passado em Itália, mantendo estreita cooperação com essa ONG europeia, sediada em Bruxelas, a qual que tem inclusivamente confiado em elementos do GT Pesticidas da Quercus a sua própria representação em diversos "Civil Dialogue Groups" promovidos pela Comissão Europeia via Direção Geral de Agricultura. As reuniões dos Civil Dialogue Groups realizam-se em Bruxelas congregando os representantes dos principais setores empresariais ao nível Europeu e ONGs europeias e têm em vista apresentar e discutir o desenvolvimento das políticas europeias setoriais e recolher sugestões e opiniões das organizações presentes.

Quercus em rede europeia de inovação

A Quercus, na pessoa da prof.ª Maria do Céu Godinho, foi ainda convidada pela PAN-Europe a integrar um grupo de trabalho da European Innovation Partnership (EIP-AGRI) promovida pela Comissão Europeia, nomeadamente o "Subgrupo em Inovação para a produtividade e sustentabilidade agrícola", onde defendeu como prioridades a gestão não química de ervas e a diversificação de culturas.

HERBICIDAS EM VIAS DE TRANSPORTE NACIONAIS

O uso de herbicidas em bermas de estradas por todo o país é infelizmente uma prática comum, observada quer em vias menores quer nas grandes infraestruturas de transporte, sendo uma frente de batalha importante. Em articulação com o Núcleo de Coimbra da Quercus, que remeteu uma reclamação, o GT preparou uma ofício à IP (Infraestruturas de Portugal) apelando ao abandono progressivo de herbicidas nas vias de tráfego rodoviário e a substituição por alternativas sustentáveis.

CAMPANHA "AUTARQUIAS SEM GLIFOSATO/HERBICIDAS"

Depois da realização do encontro nacional relatado na edição anterior, multiplicam-se as atividades nesta área, de onde destacamos as seguintes:

Workshop técnico "Alternativas aos herbicidas na manutenção de espaços públicos"

Este workshop foi organizado pelo núcleo de Vila Real e Viseu da Quercus e a Câmara Municipal de Vila Real. Realizou-se no dia 21 de abril em Vila Real, tendo sido apresentada a campanha e abordagem sem herbicidas.

Ervas espontâneas: Atividade de sensibilização com os Urban Sketchers Portugal

Sob proposta da Quercus, o desafio: "Desenhar as ervas espontâneas na cidade" foi lançado em Maio passado pelos Urban Sketchers Portugal, associação que promove o desenho em cadernos ou diários gráficos. Muitas ervas espontâneas têm valor estético, encontrando-se um pouco por todo o lado, como caleiras de árvores, bermas ou jardins e em várias cidades da Europa já são assumidas como parte do espaço público, pelo que o objetivo deste tipo de atividade é ser um contributo para a mudança de mentalidade para maior aceitação das ervas espontâneas em Portugal. O desafio decorreu até 21 de junho, reunindo-se um conjunto de desenhos bastante diversificado de onde será feita uma seleção para uma exposição itinerante.

Desenho de Henrique Vogado (USk Portugal)

"Alternativas aos herbicidas em Espaços Públicos" debatidas em Torres Vedras
Esta sessão realizou-se no dia 3 de junho no Centro de Educação Ambiental de Torres Vedras e ao longo de 3 horas a plateia foi resistindo a uma dinâmica muito interativa de partilha e debate em que foram debatidos e identificados vários constrangimentos no município para a abordagem sem herbicidas na gestão de espaços públicos. A situação em Torres Vedras espelha o que se passa em muitas autarquias do país:
- Falta de conhecimento dos impactos dos herbicidas e consequente insensibilidade perante o problema por parte de autarcas o que gera por sua vez respostas inapropriadas perante queixas pelo uso de herbicidas.
- Pouca mobilização dos munícipes /fregueses, fruto também do seu desconhecimento da real dimensão dos impactos dos herbicidas.
- Conceção dos espaços públicos, nomeadamente das áreas pavimentadas, dos espaços verdes, rotundas e separadores centrais, desadequada à abordagem sem herbicidas.

Motivação de decisores locais e sensibilização da população são fundamentais
Como se depreende do atrás exposto muito há a mudar em Torres Vedras. A mudança que permite resultados mais rápidos será a motivação dos responsáveis políticos em colocar como prioridade a proteção da saúde pública e o ambiente. De facto, as autarquias que já abandonaram os herbicidas fizeram-no graças ao seu empenho e motivação, uma vez que numa fase inicial de transição é necessário aumentar o orçamento para a higiene pública e espaços verdes à custa da transferência de outras rubricas, como investimento em equipamentos e eventos, por exemplo. Perante insuficiente motivação dos responsáveis políticos torna-se mais relevante a consciência e mobilização da população, pelo que é necessário atuar aos dois níveis, ou seja, a sensibilização dos autarcas e da população. A implementação de estratégias de comunicação é prioritária.

Urgente uma nova conceção dos espaços e formação do pessoal
Outro passo importante é a progressiva adaptação dos espaços à nova abordagem de modo a se alcançar diminuição dos custos. A análise comparativa de vários tipos de espaços de Torres Vedras com o de outros locais conduziu a reflexão e o debate para o modelo de paisagem urbana que necessariamente terá de dar mais espaço à natureza numa lógica de cooperação ao invés de uma lógica de controlo sistemático em que praticamente toda e qualquer planta espontânea é considerada indesejável. Por exemplo uma consequência da nova abordagem, e que muitos dos cidadãos não estarão cientes, será a evolução dos relvados para prados, pois os relvados são mantidos à custa de herbicidas seletivos. Ou seja, quase toda a área urbana tem sido sistematicamente pulverizada com herbicidas! Mas uma conceção mais natural dos espaços não implica necessariamente um aspeto mais descuidado ou inestético, pelo contrário conduzirá a uma paisagem urbana mais verde e mais florida! Para se alcançarem melhores resultados a formação dos jardineiros e outros funcionários autárquicos é fundamental!

Próximos passos da campanha
A Quercus continuará o seu trabalho de sensibilização das autarquias, nomeadamente através das associações que as representam, concretamente a ANAFRE – Associação Nacional de Freguesias e a ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses. No caso particular de Torres Vedras será realizada uma saída de campo para identificação de plantas espontâneas comestíveis e prevê-se ainda a realização de uma exposição de arte sobre ervas espontâneas.

O testemunho de uma autarquia: Freguesia da Estrela (Lisboa)
Área total: 4,60km²; **N.º de habitantes (2011):** 20128; **Densidade populacional:** 4375,7hab/km²
Sem qualquer período de transição o uso de herbicidas foi abandonado, o que gerou uma situação por vezes caótica em alguns arruamentos nos primeiros 6 meses pela incapacidade dos meios existentes. Mas com persistência e sem ceder ceder às pressões para se voltar à aplicação de herbicidas, a autarquia investiu em mais equipamentos para monda mecânica e térmica. Nos pavimentos de calçada à portuguesa, que abundam na freguesia situada no centro da cidade de Lisboa, a combinação do equipamento de monda térmica (a vapor) seguida uma semana depois pela passagem da roçadora mecânica melhorou a eficácia das operações de lavagem e deservagem. Prosseguem este percurso iniciado em 2014 procurando melhorar continuamente a gestão dos espaços da freguesia, nomeadamente através da formação dos jardineiros.
Lições a reter: Convicção e persistência na decisão de abandonar os herbicidas, a importância da formação dos jardineiros e a combinação de métodos de controlo nos pavimentos de calçada à portuguesa. A autarquia também tem procurado sensibilizar outras autarquias envolventes.

BREVES

AUTARQUIAS SEM
GLIFOSATO/HERBICIDAS

Criado logotipo da campanha
Com o apoio do trabalho criativo do nosso colega Jorge Infante foi criado um logotipo para a campanha que conjuga vários símbolos. No símbolo heráldico estilizado inclui-se o ser humano representando a proteção da saúde pública, uma flor e uma gota de água que simbolizam a proteção da biodiversidade e da qualidade da água, ou seja, do ambiente.

Comunicações e conclusões do Encontro Nacional "Alternativas aos Herbicidas: exemplos e testemunhos" já disponíveis no site da Quercus em www.quercus.pt/área temática pesticidas/atividades e eventos. Para memória coletiva e material de estudo esperamos que toda a informação agora disponível seja de facto muito útil no processo de transição para a abordagem sem herbicidas na gestão de espaços públicos. Para cada comunicação há um resumo, acesso para a apresentação de diapositivos e vídeo.

Junta de Freguesia de Carnide (Lisboa) e Município do Funchal (arquipélago da Madeira) são as autarquias que recentemente subscreveram o manifesto "Autarquia sem Glifosato/Herbicidas".

Ericeira: Realizada palestra de sensibilização sobre o glifosato e outros herbicidas no espaço da Be U, que promove produtos e estilos de vida saudáveis.

LEGISLAÇÃO
Nova legislação proíbe uso de pesticidas em alguns espaços públicos
O Decreto-Lei n.º 35/2017 de 24 de março, que entra em vigor dia 22 de junho, altera o art.º 32º da Lei n.º 26/2013, de 11 de abril sobre uso sustentável dos pesticidas, e proíbe o uso de pesticidas nos seguintes locais:
a) Nos jardins infantis, nos jardins e parques urbanos de proximidade e nos parques de campismo;
b) Nos hospitais e noutros locais de prestação de cuidados de saúde bem como nas estruturas residenciais para idosos;
c) Nos estabelecimentos de ensino, exceto nos dedicados à formação em ciências agrárias.

De salientar que na alínea a) são abrangidos muitos espaços verdes, como logradouros, canteiros ajardinados nos passeios, por exemplo, pois enquadram-se no conceito de "jardim e parque urbano de proximidade".
A Quercus espera que a nova legislação venha dar um forte impulso à implementação de meios alternativos e ao processo de transição para espaços públicos totalmente livres de herbicidas, e também de outros pesticidas, e será uma ferramenta para suportar muitas das queixas e denuncias que continua a receber pelo uso abusivo destas substâncias concebidas para terem um efeito tóxico.

QUER TOON

Não há humor possível perante a tragédia dos incêndios florestais em Portugal.

Em homenagem às vítimas do incêndio de Pedrógão Grande.

Os elementos do Quertoon Network.

MICROSCÓPIO

OS TRÊS PILARES DA VIDA DO TEJO

Por Paulo Constantino

O bom estado ecológico do rio Tejo e dos seus afluentes assenta em três pilares: a quantidade de água, a qualidade da água e a conectividade fluvial.
No primeiro pilar, a quantidade de água, temos vindo a sentir uma situação de caudais insuficientes no rio Tejo, situação que se deve a diversos fatores, nomeadamente, ao transvase Tejo Segura, à retenção de água nas barragens espanholas, às reduzidas afluências de Espanha e às alterações climáticas.
O transvase Tejo-Segura desvia cerca de 80% das águas do rio Tejo em Espanha para as bacias do Segura e Guadiana, que acabam por desaguar no Mediterrâneo.
O volume de água transvasada no ano de 2015 foi de 498 hm3, um volume equivalente a 1/5 do caudal anual que Espanha acordou passar para Portugal na Convenção de Albufeira.
As águas para o abastecimento dos 7 milhões de pessoas que vivem em Madrid e Toledo são retiradas do médio Alberche (cerca de 90%).
Ainda mais preocupante é o facto de, a 11 de Janeiro de 2016, o Sindicato Central de Regantes do Aqueduto Tejo-Segura (SCRATS) ter pedido ao governo espanhol um novo transvase do rio Tiétar desde a barragem de Valdecañas, na Estremadura espanhola, até ao atual transvase Tejo - Segura, o que colocaria em causa o abastecimento de água a Portugal e em risco a possibilidade de estabelecer caudais verdadeiramente ecológicos na Convenção de Albufeira.
Mas o principal e verdadeiro motivo para os baixos caudais tem sido a retenção de água nas barragens espanholas da Estremadura, verificando-se que este verão o seu nível de armazenamento se encontra apenas em 50%, quando em anos anteriores tem sido acima de 70%.

Efetivamente, mesmo em anos em que existe um maior armazenamento de água, esta água é retida para utilização na agricultura intensiva e na produção de energia hidroelétrica e não é enviada para Portugal, uma vez que os concessionários das barragens só enviam água quando é necessário e rentável produzir energia hidroelétrica.

Assim, a não abertura das barragens espanholas da Estremadura tem feito com que o rio Tejo apresente caudais baixos e insuficientes para um bom estado ecológico do rio em Portugal.
Se houver um ano de seca, é óbvio que será mais difícil fornecer maiores caudais, mas aquilo que se observa é que, sejam ou não anos de seca, os caudais permanecem baixos e insuficientes.
Com efeito, se forem cumpridos os caudais mínimos semanais e trimestrais estabelecidos na Convenção de Albufeira, estes correspondem respetivamente a 12% e 36% do caudal anual acordado, pelo que permitem uma grande flutuabilidade do nível dos caudais que se verificam no rio Tejo ao longo de um dia ou mesmo de maiores períodos de tempo.
Assim, o ecossistema aquático, vegetação ripícola e espécies piscícolas, sofrem com a subida e descida acentuada e, muitas vezes, repentina do nível do caudal do rio Tejo.
Esta situação ocorre devido à permissividade da Convenção de Albufeira que estabelece caudais mínimos de forma administrativa e política, em vez de integrar um regime de caudais ecológicos definidos de forma científica.
Também o aumento da evaporação e evapotranspiração, devido ao aumento das temperaturas em consequência das alterações climáticas, conduz à redução das disponibilidades de recursos hídricos registada nos últimos anos, reduzidas em cerca de 25%, que não resulta da redução das precipitações visto que nalguns anos se registaram precipitações acima da média.
Também o segundo pilar, a qualidade da água, sofre, uma vez que as águas que afluem de Espanha vêm já com um elevado grau de contaminação com origem nos fertilizantes utilizados na agricultura intensiva, na eutrofização gerada pela sua estagnação nas barragens
A gravidade desta poluição das águas do rio Tejo acentua-se devido aos caudais cada vez mais reduzidos que afluem de Espanha, diminuindo a capacidade de depuração natural do rio Tejo.
A poluição, em território nacional, provém da agricultura, indústria, nomeadamente, da pasta de papel e alimentar, suinicultura, águas residuais urbanas e outras descargas de efluentes não tratados, muitas vezes em desrespeito pelas leis em vigor, e sem a competente ação de vigilância, controlo e punição pelas autoridades responsáveis, valendo a ação de denúncia das organizações ecologistas e dos cidadãos, por diversas formas, nomeadamente, através das redes sociais e da comunicação social.
Esta catastrófica situação do rio Tejo e seus afluentes tem graves implicações na qualidade das águas para as regas dos campos, para a pesca, para a saúde das pessoas e impede o aproveitamento do potencial da região ribeirinha para práticas de lazer, de turismo fluvial e desportos náuticos, respeitando a natureza e a saúde ambiental da bacia hidrográfica do Tejo.
Nunca o rio Tejo e seus afluentes registaram tão elevado grau de poluição, de abandono e falta de respeito, por parte de uma minoria que tudo destrói, perante a complacência das autoridades.
É assim necessária uma fiscalização contínua e eficaz dos potenciais focos de poluição e dos alvos com risco de poluição, em especial os localizados na zona de Vila Velha de Ródão, e a revisão da licença de descarga de efluentes da Celtejo no rio Tejo para valores que garantam o objetivo de alcançar o bom estado ecológico das massas de águas do rio Tejo ao longo de todo o seu curso em território português.

Não estão em causa, de modo nenhum, as atividades realizadas por empresas e outras organizações na bacia hidrográfica do Tejo, o que se saúda e deseja, porém tal deve ocorrer de acordo com as práticas adequadas à salvaguarda do bem comum que o rio Tejo e seus afluentes constituem para os seus ecossistemas aquáticos e para as populações ribeirinhas.
E finalmente, como terceiro pilar, temos a necessidade de manter a conectividade fluvial para garantir a existência de vida no rio Tejo, quer seja vida animal ou humana, com a possibilidade de progressão ao longo do curso do rio.
Nesse sentido, será importante que as entidades competentes procurem encontrar formas de garantir que as barreiras à conectividade fluvial existentes venham a integrar passagens para peixes e embarcações de pequeno porte ou que considerem mesmo a possibilidade de repor o contínuo fluvial do rio nas anteriores condições naturais.
Atualmente temos várias barreiras à conectividade fluvial no rio Tejo, o açude de Abrantes e o açude da PEGOP nas Mouriscas, que impedem a conectividade fluvial prejudicando a progressão de espécies ao longo do rio e a passagem de pequenas embarcações, e as barragens de Fratel e Belver que nunca contemplaram qualquer mecanismo para garantir a conectividade fluvial.
Temos assim muito a fazer para garantir um bom estado ecológico do Tejo.
O Tejo merece!

TEMA EM DESTAQUE

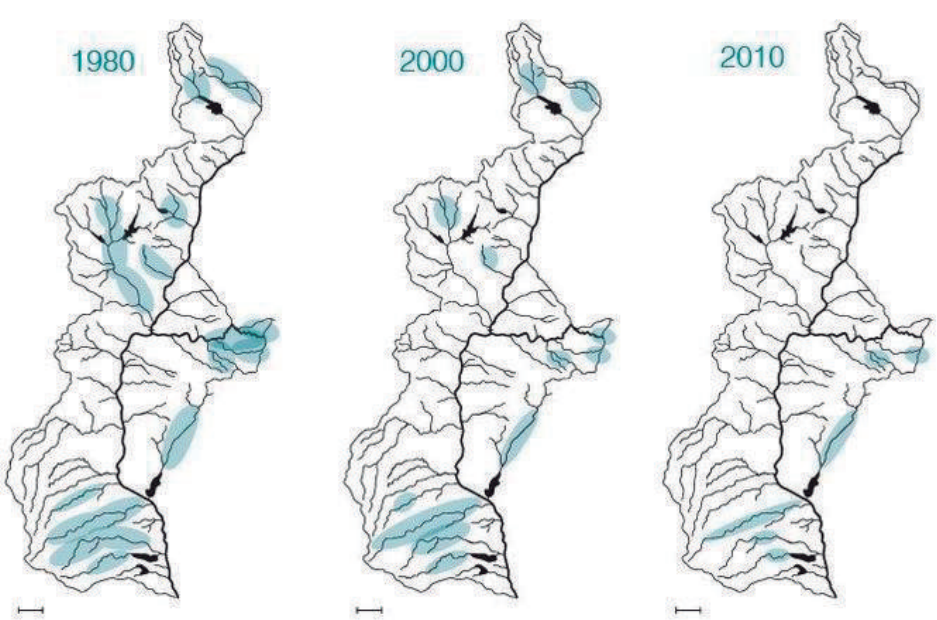
O SARAMUGO

Por Ana Cardoso, ICNF

A bacia hidrográfica do Guadiana foi destacada entre as bacias do Mediterrâneo como uma área de interesse de conservação internacional devido à sua riqueza específica e à presença de grande quantidade de endemismos piscícolas.[1]
Entre as espécies que contribuem para o valor da bacia do Guadiana, encontra-se o saramugo (*Anaecypris hispanica*), peixe dulciaquícola da família dos ciprinídeos, residente e endémico da Península Ibérica, com uma distribuição restrita às bacias hidrográficas do Guadiana e Guadalquivir.
Esta espécie foi classificada como "Em Perigo" à escala global[2] e em Espanha[3], e como "Criticamente em Perigo de Extinção" na atualização do Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal. [4]
Em Portugal, o Saramugo ocorre essencialmente em pequenos cursos de água das ribeiras afluentes do rio Guadiana com vegetação ribeirinha.
Nestes cursos de água o regime hidrológico varia entre o caudal torrencial, no Inverno, e os pegos, no Verão. Nestes troços a diversidade e abundância da vegetação são determinantes para a proliferação de macroinvertebrados aquáticos, base da dieta da espécie.
As alterações de habitat ocorridas na bacia do Guadiana são responsáveis pela diminuição acentuada da área de distribuição do saramugo e dos seus efetivos populacionais a partir da década de 70 do século XX.[5] Esta tendência manteve-se na última década[6;7;8], resultando numa maior fragmentação das suas populações e um maior risco de extinção nos locais da área de distribuição.
Face à situação populacional da espécie e à permanência dos fatores de ameaça, considerou-se fundamental desenvolver em conjunto com 41 entidades o "Plano de Acão do Saramugo". Este Plano tem como missão:
"Garantir a viabilidade das populações de Saramugo, espécie emblemática em vias de extinção, e a recuperação e valorização dos ecossistemas associados, ao serviço da conservação das espécies autóctones, enquanto património natural e cultural da bacia hidrográfica do Guadiana"

Caracterização Biológica do Saramugo
O saramugo é o peixe mais pequeno da nossa fauna dulciaquícola autóctone pois raramente ultrapassa os 7 cm de comprimento. O corpo é estreito e comprimido lateralmente, com escamas pequenas e finas e a sua coloração de tons prateados e rosados tem pontuações negras dispersas nos flancos. A cabeça é pequena, com olhos grandes e boca supera, ou seja, a abertura está virada para cima.
A dieta do saramugo baseia-se essencialmente em macroinvertebrados aquáticos (principalmente larvas de dípteros, de copépodes, de odonatas e de cladóceros), sendo complementada com algas, plantas fanerogâmicas e detritos.[9;5]

Distribuição e tendência populacional
Foram verificadas acentuadas regressões nas populações de saramugo em várias sub-bacias e a progressão dos fatores exógenos de ameaça comparativamente com a situação de referência registada pelo primeiro projeto LIFE em 1997/2000.
Em concreto, foi registada uma regressão de dez sub-bacias para cinco sub-bacias: Ardila, Chança, Vascão, Foupana e Odeleite. [7]



Evolução das populações de saramugo ao longo das últimas duas décadas na bacia hidrográfica do Guadiana. Atualmente apenas resiste nas sub-bacias do Ardila, Chança, Vascão, Foupana e Odeleite.

Carlos Carrapato

Saramugos

Fatores de ameaça
Os fatores que contribuem para a regressão da espécie são os mesmos que ameaçam os ecossistemas fluviais e a sua integridade ecológica, uma vez que os processos físicos e biológicos são inseparáveis nos rios e ribeiras[10].

A hierarquização dos diferentes fatores de regressão é, no entanto, difícil, dado o sinergismo que apresentam:

As alterações da morfologia do leito do rio, e nomeadamente a **construção de barragens e açudes** interrompem a continuidade das populações e promovem a sua fragmentação, diminuindo, a médio prazo, a sua capacidade de reação às condições adversas. Para além disso, as albufeiras passam a ser locais onde as **espécies exóticas** encontram boas condições de proliferação, e a partir das quais acabam por invadir o restante curso de água onde exercem competição ou mesmo predação sobre as espécies de peixes indígenas.
As **extrações de inertes** têm por sua vez, impactes ao nível da alteração do habitat, uma vez que alteram a hidrologia local mas também ao nível da degradação do habitat. A atividade aumenta a turbidez da água, o que pode ter dois tipos de consequências, a colmatação das posturas ou a mortalidade piscícola, por asfixia dos peixes devido à deposição de partículas nas guelras .
A **sobre-exploração dos recursos hídricos** provoca a diminuição dos caudais, o que aumenta o número e a extensão dos cursos de água que secam durante o Verão, reduzindo drasticamente o habitat disponível para os peixes.[5]
De realçar, que apesar de nos encontrarmos no século XXI, ainda existem muitas povoações alentejanas e algarvias **sem tratamento de águas residuais** a funcionar, o que contribui para o aumento da carga orgânica nas ribeiras, proliferação de algas indesejáveis, deficiência dos níveis de oxigénio com mortalidade dos peixes por asfixia.
Para este efeito também tem contribuído a poluição difusa com origem na i**ntensificação agrícola e no pastoreio sobre as linhas de água**. O gado tem um efeito nefasto duplo, pela carga orgânica que deposita no leito da ribeira e pela destruição da vegetação ribeirinha que poderia absorver o excesso de matéria orgânica.

Os pegos enquanto reservas da biodiversidade
Qualquer um dos fatores de ameaça tem um efeito drástico sobre o ecossistema na situação de pego. Pois os pegos constituem refúgios de muitas espécies de fauna e são particularmente importantes para a fauna piscícola que neles sobrevive até que a precipitação do ano seguinte permita o restabelecimento do escoamento superficial e a recolonização de todo o curso de água.
Em situação de seca severa podem mesmo ocorrer extinções locais, pois nestas condições, a disponibilidade de pegos é muito reduzida, podendo existir quilómetros de linha de água sem se registar uma única poça de água. E qualquer intervenção negativa nos pegos resistentes à seca pode levar à morte da população local.

Com o território da bacia do Guadiana em seca severa a extrema desde o final da Primavera, continua a assistir-se ao esgotamento de pegos até há última gota para a produção de hortícolas e manutenção de pomares no Baixo Guadiana. Em alguns locais, a área agrícola chegou mesmo a aumentar durante este verão e para a sua rega mais pegos foram secos e maiores extensões das ribeiras ficaram sem vida.

O maior de todos os problemas reside no facto dos agentes manterem os seus comportamentos ano após ano indiferentes às alterações do regime pluvial, não se capacitando e adaptando às alterações climáticas, nomeadamente através da mudança das espécies de cultivo e da criação de reservas de água ou de fontes alternativas.

Medidas de Conservação

Desde a seca de 2005 que têm sido desenvolvidas várias medidas de conservação pelo ICNF ou com o seu apoio, com a finalidade de conservar as populações de saramugo. Entre elas destacam-se:

2005 – Implementação do Plano de Emergência de Salvaguarda da Ictiofauna do Guadiana em situação de Seca Severa.

2005/2006 - Devolução dos indivíduos selvagens, aos locais de recolha, após manutenção temporária em cativeiro, fruto das ações de salvamento do Plano de Emergência da seca de 2005;

2005/2017 – Manutenção de uma reserva de indivíduos das diferentes sub-populações de saramugo *ex-situ* e Reprodução de saramugo em sistemas fechados.

2006/2017 – Controlo de espécies exóticas na ribeira do Vascão.

2007/2010 - Ações de monitorização - Intervenção Saramugo. Monitorização da situação das populações de saramugos e dos seus fatores de ameaça nas diferentes sub-bacias do Guadiana.

2008/2009 - Recuperação de 5,2ha de área ardida na ribeira do Vascão (realizada pela WWF)

2010/2011 - Recuperação de 1ha de vegetação ribeirinha na ribeira do Vascão (realizada pela WWF)

2010- Elaboração de uma ferramenta para a identificação de larvas de saramugo por Carrapato & Ribeiro (2012) *[11]*

2011- Elaboração do Plano de Ação do Saramugo.

2013– Implementação de estrutura de controlo de exóticas na zona de descarga de uma barragem no SIC Guadiana.

2014–2017 – Desenvolvimento de ações num dos maiores pegos do Vascão: desassoreamento e de melhoria da vegetação ribeirinha; Projeto financiado pela Somincor.

2014-2017 – Projeto LIFE Saramugo, onde se encontram reunidas ações de gestão de habitat e de sensibilização; projeto liderado pela LPN, e conta com o ICNF, a Universidade de Évora e a Aqualogus como parceiros. Mais informação em: http://lifesaramugo.lpn.pt/pt.

2017 – Início do projeto VALAGUA – onde se encontram previstas ações de melhoria das condições de habitat em pegos na bacia do Chança e um estudo de melhoria da conetividade de açudes implementados na área de distribuição da espécie.

O texto foi adaptado por Ana Cristina Cardoso, Bióloga do Parque Natural do Vale do Guadiana, e extraído do Plano de Ação do Saramugo que pode ser consultado em: http://www.icnf.pt/portal/pn/-biodiversidade/gestao-biodiv/saram.

Célia Medeiros

Pego onde várias espécies, entre peixes, libélulas e libelinhas, cágados e cobras de água aguardam a retoma do escoamento superficial. Os pegos são verdadeiras Arcas de Noé.

Célia Medeiros

Ribeira do Vascão no Verão

BIBLIOGRAFIA

[1] Smith KG, Darwall WRT. 2006. The Status and Distribution of Freshwater Fish Endemic to the Mediterranean Basin. IUCN: Gland, Switzerland and Cambridge, UK.

[2] IUCN, 2011. IUCN Red list of threatened species. www.iucnredlist.org (visitado em 24 de Setembro de 2011).

[3] Doadrio I. (Ed.) 2002). Atlas y Libro Rojo de los Peces Continentales de España. 2ª ed. Dirección Gerneral de Conservación de la Naturaleza, Museo Nacional de Ciências Naturales, Madrid.

[4] Cabral, M.J. (coord.), Almeida J., Almeida P.R., Dellinger T.R., Ferrand de Almeida N., Oliveira M.E., Palmeirim J.M., Queiroz A.I., Rogado L. & Santos-Reis M. (eds.) 2005. Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal. Instituto da Conservação da Natureza. Lisboa. 660 pp.

[5] Collares-Pereira, M.J., Cowx, I.G., J.A. Rodrigues, L. Rogado, F. Ribeiro, A. Mendes, P. Pichiochi, P. Salgueiro, M.J. Alves & M.M. Coelho (2000a). Uma estratégia de conservação para o saramugo (Anaecypris hispanica), um endemismo piscícola em extinção. Relatório Final, Programa Life-Natureza, contrato B4-3200/97/280, Volume I (121pp.) e Volume II (13 Anexos).

[5] Collares-Pereira, M.J., J.A. Rodrigues, L. Rogado & I.G. Cowx (2000b). Plano de Gestão para a Conservação do Saramugo. Programa Life-Natureza, contrato B4-3200/97/280, CBA-FCUL, 75pp+anexos.

[5] Collares-Pereira, M.J., Cowx, I.G., Rodrigues, J.A., Rogado, L., da Costa, L.M., 1999. The status of Anaecypris hispanica in Portugal: problems of conserving a highly endangered Iberian species. Biological Conservation 88, 207–212.

[5] Collares-Pereira, M.J., Pires, A.M., Coelho, M.M., Cowx, I.G., 1998. Towards a conservation strategy for Anaecypris hispanica, the most endangered non-migratory Fish in Portuguese streams. In: Cowx, I.G. (Ed.), Stocking and Introduction of Fish. Fishing News Books, Blackwell Science, Oxford, pp. 437-449.

[5] Collares-Pereira, M.J., A.F. Filipe, L.M. Costa (2007). Os peixes do Guadiana que futuro? Guia de peixes do Guadiana português. Edições Cosmo, com o apoio da Fundação para a Ciência e Tecnologia e Centro de Biologia Ambiental.

[6] Rogado, L., Cardoso, A. C., Carrapato, C. (2005). Resumo dos trabalhos efectuados pelo Instituto da Conservação da Natureza (ICN), para a monitorização da ictiofauna na Bacia do Guadiana para avaliação e minimização dos efeitos da seca, de 15 de Junho a 30 de Setembro de 2005. Relatório interno do ICN.

[7] Cardoso, A.C.& Carrapato, C. 2007 Intervenção saramugo. Relatório interno do ICNB/PNVG.

[7] Cardoso, A.C.& Carrapato, C. 2008 Intervenção saramugo. Relatório interno do ICNB/PNVG.

[7] Cardoso, A.C.& Carrapato, C. 2010 Intervenção saramugo-2010. Relatório interno do ICNB/PNVG.

[8] Cardoso, AC, C. Carrapato, A. Martins, H. Lousa, N. Silva, P. Pinheiro, J. Almeida, F. Reis, D. Sousa, P, Matono, P. Rodrigues & J. Oliveira (2015). Ação A3 – Atualização da situação populacional do saramugo e das ameaças na bacia do Guadiana. Relatório de 2015 da Ação A3 do Projeto LIFE 13 NAT/PT/000786 – Saramugo

[9] Rodriguez-Jimenez, 1987. Relaciones Tróficas de una comunidad íctica, durante el estío en el río aljucén (Extremadura, España). Miscellania Zoologica, 11: 249-256.

[10] Batalla, R. & D. Vericat (2013). River's architecture supporting life. Pp 61-74. In: River Conservation - challenges and opportunities [S. Sabater & A. Elosegi (eds)]. Fundación BBVA.

[11] Carrapato C. & Ribeiro, F. 2012. Larval development of the Iberian cyprinid Anaecypris hispanica. Limnetica, 31 (1): 119-128

PROTEÇÃO DA BIODIVERSIDADE EM VITICULTURA

PROJETO PROSSEGUE E DÁ ORIGEM A INVESTIGAÇÃO DE MESTRADO

Por Paula Lopes da Silva
Grupo de Trabalho Biodiversidade/Empresas e Biodiversidade

Após a produção de uma brochura dirigida aos viticultores, sobre a importância da biodiversidade, os parceiros do projeto Parceria Europeia para a Proteção da Biodiversidade na Viticultura iniciaram a produção de um pequeno guia de bolso para identificação de espécies, sobretudo para uso pelos viticultores, e que aborda também as infraestruturas ecológicas que mantêm ou atraem a biodiversidade, sobretudo espécies com um papel benéfico no ecossistema vitícola. Sebes, enrelvamentos, galerias ripícolas, matos e bosquetes, ou até simples muros de pedra posta são exemplos destas infraestruturas, que podem ser mantidas ou construídas pelo viticultor.

CristinaCarlos-ADVID

Muro de Pedra Posta

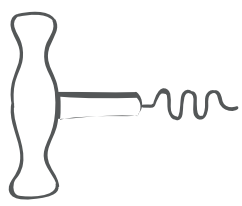
Biodiversity Check
Paralelamente, todos os parceiros do projeto estão a realizar junto de várias explorações nos respetivos países – Alemanha, Espanha, Portugal e Turquia - um conjunto de "biodiversity-checks", ou seja, questionários, visitas e relatórios de aconselhamento focados nas práticas relacionadas direta ou indiretamente com a biodiversidade, aos vários níveis da produção: na cultura da vinha; nas infraestruturas ecológicas existentes no campo; na vindima e vinificação; no engarrafamento e embalagem; nas vendas e logística; na gestão de energia, água, efluentes e resíduos; nas instalações e área envolvente à empresa; no marketing e comunicação externa e interna e na gestão da empresa em geral.

Paula Lopes da Silva

Visita a uma vinha no âmbito do biodiversity check

Para além da exploração agrícola...

Cada adega ou empresa vitivinícola pode também contribuir para a melhoria da biodiversidade, mesmo fora dos limites da exploração, através de decisões relativas à escolha dos produtos, mercadorias e materiais comprados. Como se pode otimizar o transporte? As garrafas utilizadas têm o índice de reciclagem mais elevado? É usado vidro mais leve? Utiliza-se rolha de cortiça? Estas são algumas questões que fazem parte do inquérito do Biodiversity Check em curso.



O exemplo da rolha de cortiça
A preferência por rolhas de cortiça é um exemplo de uma forma indireta de proteção da biodiversidade, uma vez que promove a conservação da floresta mediterrânica de sobreiro. Por outro lado, a cortiça é um recurso %100 sustentável e renovável, que pode ser reciclado numa série de novos produtos.

PARTNERSHIP FOR BIODIVERSITY
GERMANY • PORTUGAL • SPAIN • TURKEY

Erasmus+

Biodiversity Check em tese de Mestrado
O projeto tem atraído a atenção de diversas pessoas ligadas ou interessadas na área da viticultura. Uma estudante da Universidade de Trás-os Montes e Alto Douro, estando à procura de um tema para a sua tese de mestrado, contactou a Quercus, que lhe propôs focar-se no Biodiversity Check. Assim, estabeleceram-se as formalidades com a UTAD e sob co-orientação da Quercus, iniciou-se o trabalho, que consiste no apoio à realização de questionários, participação nas visitas às explorações e execução de relatórios, em particular na região do Douro, com o apoio local da ADVID. A tese tem também como objetivo a comparação do referencial do Biodiversity Check com outros sistemas voluntários similares, tendo em vista a o benchmarking do processo e uma reflexão acerca do referencial para um eventual cenário futuro de certificação.

BIOGEOGRAFIA

NÚCLEO DE AVEIRO

Núcleo Regional de Aveiro da Quercus

Jornada de voluntariado no Cabeço Santo

À descoberta do Parque Natural da Serra da Estrela
No dia 23 de abril de 2017, o Núcleo Regional de Aveiro da Quercus organizou uma visita ao Parque Natural da Serra da Estrela, a qual incluiu a passagem por algumas das suas áreas de maior relevância natural e paisagística, procurando assim proporcionar um programa diferente da habitual visita à Torre, permitindo a descoberta de muitos dos outros atrativos desta importante área protegida.
Durante esta visita os participantes foram guiados pelo fotógrafo e guia de natureza Fernando Romão, profundo conhecedor desta região.Com quase 2000m de altitude, a Serra da Estrela é a Serra mais alta de Portugal continental.

Quercus e Câmara Municipal de Sever do Vouga em ação de reflorestação com espécies autóctones
No passado dia 18 de março, a Quercus – Associação Nacional de Conservação da Natureza e a Câmara Municipal de Sever do Vouga promoveram uma ação de reflorestação com espécies autóctones, junto à ecopista do vale do Vouga.
A iniciativa contou com a participação da diversas associações locais e voluntários e teve o apoio da Barclaycard, que cedeu árvores no âmbito do Projeto Be Green, iniciativa distinguida nos prémios Green Project Awards 2016, do Projeto Cabeço Santo e das Águas da Região de Aveiro.
Marcaram igualmente presença no evento o Presidente da Câmara de Sever do Vouga, as juntas de freguesia de Pessegueiro do Vouga e de Cedrim e Paradela, colaboradores do Projeto Cabeço e as seguintes Associações/Entidades: APCDI – Associação Pró Cidadão Deficiente Integrado; Associação Desportiva e Cultural de Lourizela; EcoParque – Quinta do Engenho; JAP – Juventude Académica Pessegueirense e Turnauga/Viking.
Mais de três dezenas de participantes plantaram cerca de 600 carvalhos, sobreiros e medronheiros.
Com esta ação pretendeu-se promover junto da comunidade o gosto pela floresta, através da tomada de consciência do papel ativo que pode ter na reflorestação das áreas ardidas e invadidas por plantas invasoras.

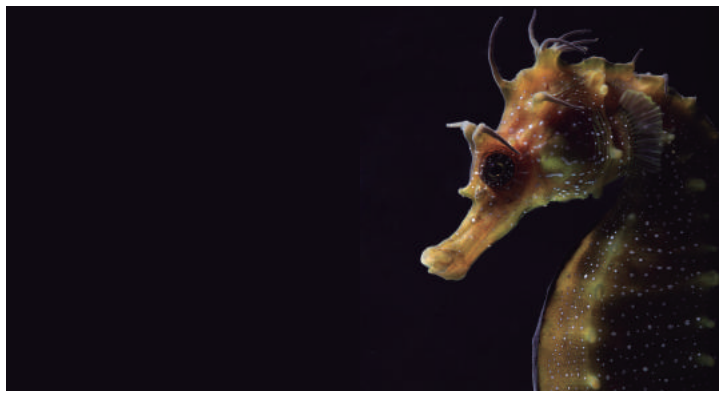
As chamas voltaram à zona serrana do concelho de Águeda e a área de intervenção do Projeto Cabeço Santo foi atingida

O dia 28 de abril trouxe as chamas de volta à zona serrana de Águeda e desta vez a área de intervenção do Projeto Cabeço Santo, em Belazaima do Chão, foi significativamente afetada. Não tanto em área – teremos tido cerca de 8 hectares de área de intervenção afetados – mas sobretudo pelo facto de ter ardido uma área de 4 hectares plantada esta época com mais de 1500 árvores e arbustos.
Este incêndio teve também a particularidade de ter sido ateado num momento e num dia especialmente vulneráveis: era uma noite de intenso vento de nordeste e o incêndio teve início pouco depois da meia noite, dificultando a detecção e praticamente impossibilitando uma intervenção de combate em fase inicial. Foi além disso ateado em plena área de intervenção do projeto, o que denota uma intenção destrutiva de contornos sinistros.
Obtendo algo de positivo deste destrutivo evento, podem-se tirar algumas conclusões:
A primeira é que um dos corredores ecológicos ribeirinhos de folhosas (essencialmente carvalhos) que o projeto criou desde 2009 funcionou efetivamente na sua missão de deter o fogo.
A segunda é que é necessário criar zonas "estratégicas" de redução de combustíveis que dificultem a progressão do fogo. Sobretudo onde a predominância do matagal, naturalmente susceptível, é um elemento intermédio e temporário na evolução do ecossistema. Nas zonas de carvalhal foram também os fetos, com um ciclo anual de vida que culmina numa massa seca importante, que alimentaram o fogo. Triturá-los no Inverno é uma medida positiva.
A terceira é que é necessário aumentar a vigilância em condições meteorológicas adversas, como são as de temperaturas especialmente elevadas e ventos fortes.
Os desafios para o futuro continuam de enorme dimensão e os recursos materiais e humanos disponíveis são sempre inferiores às necessidades. Deste modo, apela-se à comunidade local e ao tecido empresarial da região que se mobilizem para participar e apoiar as ações e iniciativas do Projeto Cabeço Santo.
A Quercus convida também todos os interessados a visitar o espaço do Projeto Cabeço Santo na Expoflorestal, em Albergaria-a-Velha, nos dias 6 ,5 e 7 de maio.

NÚCLEO DO ALGARVE

Núcleo Regional do Algarve da Quercus

O Núcleo Regional do Algarve da Quercus realizou, conjuntamente com a APEEAJR e com o Agrupamento João da Rosa, a 3ª edição do Evento "Contos da Ria", desta vez na Biblioteca Municipal Mariano Gago, em Olhão. A iniciativa contou com a presença do fotógrafo Nuno Sá e a sua exposição, Oásis, sobre os Açores. Também a sua fotografia do Cavalo—Marinho na Ria Formosa, foi premiada e marcou este evento.
Uma noite diferente e marcante, onde primou a boa disposição e participação do público.



NÚCLEO DE BRAGA

Núcleo Regional de Bragavda Quercus

Curso de Apicultura em Modo de Produção Biológico
Realizou-se um Curso de Apicultura em Modo de Produção Biológico, nos dias 11 ,10 ,4 ,3 e 17 de março, sextas à noite (teóricas) e manhãs de sábado, num total de 6 formandos, tendo a formação 20 horas.

Projeto 80
O Núcleo Regional de Braga da Quercus marcou presença na sessão Projeto 80 na Escola Secundária Carlos Amarante, em Braga e na Escola Secundária de Barcelos, respetivamente no dia 16 e 17 de março.

Dia da Floresta e Dia da Água
No dia 18 de março, o Núcleo de Braga aceitou o desafio da Câmara Municipal de Braga e foi plantar no troço adotado do ribeiro de Pinheirinho, 10 árvores ripícolas facultadas pelo município, numa tentativa de segurar o solo, uma iniciativa integrada no Programa Oxigenar Braga. E ainda colaborou, no mesmo dia com a Associação de Guias de Portugal na recuperação de uma área verde na freguesia de S. Victor, na cidade de Braga.

Curso de Poda de Fruteiras
Nos dias 4 e 18 de março, decorreu na Quinta Pedagógica de Real, em Braga, mais um curso de poda de fruteiras, ministrado pelo Eng. Daniel Magalhães, com 12 formandos.

Curso de Fruticultura – da instalação à manutenção de um pomar em modo de produção biológico
Nos dias 7 de janeiro, 11 e 25 de março e 1 de abril, decorreu na Quinta Pedagógica de Real, em Braga, mais um curso de Fruticultura – da instalação à manutenção de um pomar em Modo de produção biológico, ministrado pelo Eng. Daniel Magalhães, com 9 formandos.

Observação de aves
Teve lugar no dia 2 de abril uma observação de aves no Bom Jesus com 5 pessoas, tendo-se observado 20 espécies.

Projeto de controlo de mimosas no Bom Jesus do Monte

Na tarde de 8 de abril, o Núcleo de Braga fez, mais uma vez, controlo de mimosas, no Bom Jesus, pelo 8.º ano consecutivo (dado que começamos em 2010! O tempo passou a voar!). Fomos informados pela Confraria de que já não havia mimosas para retirar mas, tendo de avaliar por nós próprios, até porque há outras espécies invasoras no espaço, fizemos na mesma a atividade. A receção aos 8 voluntários foi realizada pela Doutora Elizabete Marchante, do Centro de Ecologia Funcional da Universidade de Coimbra, com uma introdução teórica e depois fomos para o terreno, onde avaliamos possibilidade de controlar as árvores do incenso (Pittosporum undulatum) e encontramos dezenas largas de pequenas mimosas, que arrancamos. A atividade acabou com um pequeno lanche, oferecido pelos Hotéis do Bom Jesus.

Vizela em Festa
O Núcleo da Quercus de Braga participou na 5.ª edição do "Vizela em Festa" que decorreu no passado dia 7 de maio no parque das termas de Vizela. Realizou-se, um pequeno workshop de multiplicação de plantas aromáticas e medicinais utilizando, para o efeito, materiais reciclados. As pessoas que iam passando mostraram bastante interesse na temática e paravam para tirar as suas dúvidas com o intuito de poderem propagar as suas plantas de forma simples e eficaz.

Tiago Moreira

Let´s clean the Europe!
O Núcleo de Braga aceitou o desafio lançado pelo Município de Braga e foi limpar a nascente do Este, o troço que adotou ao abrigo do Projeto Rios, na manhã do dia 14 de maio. Compareceram 6 pessoas e em cerca de 90 minutos apanhamos plásticos e metais maioritariamente.

Ana Cristina Costa

Caminhada Micológica
Teve lugar 20 de maio, sábado, uma caminhada micológica nos Arcos de Valdevez em vez de ser na Serra da Cabreira como estava previsto, devido ao rally que decorria nesse dia nesse local. Assim, compareceram 15 formandos que, juntamente com o Eng. Pedro Capela, apanharam e estiveram posteriormente a identificar, recorrendo a diversos guias de identificação, 17 espécies distintas de cogumelos.
O grande objetivo da iniciativa era sensibilizar para a necessidade de ter certezas absolutas de que espécie se trata antes de ingerir cogumelos silvestres, e para a melhor forma de recolha, colaborando na dispersão dos esporos e da manutenção do micélio, dada a sua importância no ecossistema em que se encontram.
Foi por todos considerado um dia muito bem passado na natureza e em convívio.

Ana Cristina Costa

Green Weekend
À semelhança do ano passado, foi o Núcleo de Braga convidado a marcar presença no Green Weekend, evento organizado pela Câmara Municipal e que decorreu em Guimarães. Participamos com uma oficina de vermicompostagem na tarde de domingo, dia 4 de junho, que atraiu dezena e meia de pessoas, que colocaram mui9tas questões e ficaram entusiasmadas com a solução apresentada para os resíduos domésticos.

Ana Cristina Costa

NÚCLEO DE BRAGANÇA

Por Núcleo Regional de Bragança da Quercus

CM de Alfândega da Fé

O Núcleo Regional da Quercus de Bragança, em parceria com a União das Freguesias Sé, Santa Maria e Meixedo, realizou no dia 1 de Março uma atividade de Carnaval com cerca de 20 crianças da Obra Kolping de Bragança, com idades compreendidas entre os 4 e os 12 anos, que fizeram disfarces de Carnaval, de nuvens e gotas de chuva, sendo também abordada a problemática da poluição e poupança da água numa perspectiva de sensibilização dos mais pequenos.

Workshop de Sabão
Realizou-se, no passado dia 30 de Abril, um Worshop de Sabão de Ervas Aromáticas a convite da Câmara Municipal de Alfândega da Fé. O sabão foi elaborado com óleo alimentar usado para salientar a importância do uso dos ingredientes que por norma não são reaproveitados. Foram também adicionadas Ervas Aromáticas como rosmaninho, eucalipto e flor de anis para dar um aroma e um fim decorativo, uma vez que, se realizou em simultâneo o "Mercadinho aromático" organizado pelo Câmara Municipal. Estiveram presentes cerca de 30 pessoas de várias idades que partilharam experiências e conhecimentos sobre o tema.

NÚCLEO DE LISBOA

Núcleo Regional de Lisboa da Quercus

No dia mundial da Biodiversidade, a Quercus esteve no Agrupamento de Escolas de Alfornelos, na Amadora, numa ação feita a convite de uma turma do 9º ano daquela escola. Inserida num trabalho de grupo de alguns dos alunos, esta ação teve como objetivo explicar o trabalho desenvolvido por uma ONGA de âmbito nacional e também uma apresentação sobre as florestas portuguesas.
Esta ação teve como público os alunos do 9º ano daquela escola e teve bastante participação dos mesmos quer durante, quer no final da apresentação, no espaço dedicado a discussão.
Na semana em que se celebra o dia mundial da Biodiversidade, a Quercus esteve na Escola EB1 são Silvestre do Gradil a apresentar a exposição "Natureza em Risco", em exibição naquele estabelecimento de ensino desde o dia 17 de Maio. A ação decorreu durante a manhã do dia 23 de maio e consistiu em 3 sessões para as 3 turmas do Ensino Básico daquela escola, num total de cerca de 60 alunos. Aos alunos foi explicada a noção de Natureza ameaçada nas suas variadas vertentes, a noção de Biodiversidade, e focadas as principais ameaças, tais como a poluíção atmosférica, dos solos, das águas e oceanos), a destruição do habitat, os incêndios florestais, a emissão de GEE e a ação direta do ser humano sobre os animais, plantas e os habitats. Foram igualmente explicadas as funções ecológicas desempenhadas pelos animais e plantas e as consequências do desaparecimento de alguns grupos animais e vegetais.
O facto de a exposição ter estado à disposição dos alunos nos dias que antecederam a nossa visita e também o esforço desenvolvido pelas professoras da escola, que exploraram com os seus alunos alguns dos temas e o vocabulário, sem dúvida que ampliaram o sucesso desta ação.

A Associação Mais Algés convidou o Núcleo Regional de Lisboa da Quercus a participar num debate relativo ao estado do Ambiente, que decorreu no dia 20 de Maio, no Parque Urbano de Miraflores durante a 7ª Edição da Mostra Social. Este debate aconteceu pelas 16h na tenda multiusos e contou com a presença e participação de moradores da região.
Dos temas debatidos destacaram-se o ambiente urbano, os grandes temas ambientais da atualidade, como as alterações climáticas e o aquecimento global, a reciclagem e a sensibilização ambiental no geral. No início do debate tivemos a oportunidade de divulgar as atividades da Quercus enquanto associação de âmbito nacional.
Esta atividade do NRL a convite da Associação Mais Algés estabeleceu o ínicio de uma relação de parceria entre as associações, que se prevê ter continuidade na área da sensibilização ambiental.

O movimento cívico 'Reforma florestal já! - Por Pedrogão, Por Portugal' apresentou-se no passado dia 1 de julho, junto ao Parlamento, no sentido de se manifestar contra as políticas que transformam as nossas florestas em monoculturas de eucalipto e de prestar homenagem às vítimas do incêndio que afetou as zonas de Pedrógão Grande, Figueiró dos Vinhos e Castanheira de Pêra.
A Quercus - ANCN também se associou ao Movimento, fazendo-se representar pelo seu Núcleo Regional de Lisboa.
Esta manifestação repetiu-se durante os dois fins de semana seguintes, no mesmo local.
Está marcado o dia 19 julho para a votação de leis sobre o tema, na Assembleia.

NÚCLEO VILA REAL E VISEU

Núcleo Regional de Vila Real e Viseu da Quercus

"Mais Ninhos Mais Passarinhos" - Construção na EB 3/2 de Santa Marta de Penaguião

O Núcleo Regional de Vila Real e Viseu da Quercus, em parceria com a Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião, deslocou-se à Escola EB3/2 de Santa Marta de Penaguião para realizar a construção de Caixas-ninho, direcionadas a aves de pequeno porte, no âmbito do Projeto "Mais Ninhos Mais passarinhos".
O objetivo desta atividade visa principalmente a sensibilização da população mais jovem para a fase conturbada que as aves e insectos enfrentam neste momento. É também fulcral falar na importância da colocação de caixas-ninho e comedouros nos jardins, de forma a promover a biodiversidade não só dos centros urbanos mas também nas nossas áreas rurais.
As turmas seleccionadas, 5ºA, 5ºB e 6ºA, foram orientadas por elementos da Quercus, a Eng.ª Isabel Branco e a Eng.ª Márcia Rodrigues. Esta atividade teve início com uma pequena sessão de esclarecimento sobre a utilidade das caixas-ninho, a sua correta colocação, quais as espécies presentes na nossa região, assim como os cuidados necessários a ter na sua futura manutenção.
Após a explicação e o esclarecimento de dúvidas, os alunos foram divididos em 2 grupos e com as devidas precauções, participaram ativamente no planeamento e construção das caixas, onde a Quercus forneceu o material.
A segunda parte deste projeto será a colocação destas caixas, preferencialmente direcionada para estes mesmos alunos. A colocação não pôde ser feita nesse mesmo dia visto que o tempo de nidificação das aves já teve início ficando esta etapa alinhada para o 1º/2º período do próximo ano lectivo, de acordo com a disponibilidade escolar dos alunos e docentes.
A Quercus espera que esta atividade tenha sido útil para incutir novas mentalidades nas classes etárias mais jovens e que seja uma mais-valia para a Biodiversidade do Grupo Escolar.

OFICINA DE FRUTOS SILVESTRES E ERVAS COMESTÍVEIS
A OFICINA DAS ERVAS COMESTÍVEIS E FRUTOS COMESTÍVEIS no Mercado dos Produtos da Terra, no Mercado Municipal de Vila Real a 22 de março, contou com a participação da Dr.ª Alexandra Azevedo da Quercus, aprincipal dinamizadora desta oficina e com o apoio do município de Vila Real.
Com esta iniciativa pretendíamos dar a conhecer diferentes variedades de plantas silvestres comestíveis, através da sua identificação e usos. Esta é uma temática muito actual e pertinente pois encontramo-nos numa era em que os químicos estão presentes em todos os alimentos que compramos. Felizmente é possível perceber o enorme interesse crescente da população desta temática.
As plantas silvestres e os frutos comestíveis constituem uma fonte de riqueza em cada país e em Portugal existe uma grande variedade de espécies que foram, desde há muito tempo, utilizadas na dieta local de cada região. Somos mesmo confrontados com espécies bastantes conhecidas sem imaginar os sabores e fragâncias que podem conter e outras ainda que nos remetem à nossa infância.
É muito gratificante constatar o entusiasmo de muitos para com um recurso natural que é desprezado e mal tratado com herbicidas usados de forma indiscriminada e sistemática, o que condiciona o acesso a estes alimentos gratuitos e tão ricos do ponto de vista nutricional.
Esta iniciativa no Mercado dos Produtos da Terra que tem lugar todos os sábados no Mercado Municipal, também tem como objetivo dar dinâmica e dar a conhecer este espaço onde se podem encontrar produtos naturais e biológicos (hortícolas e outros), produtos transformados artesanalmente (sabão, sabonetes, etc.) e artesanato.

Pelas Faldas do Marão
O Núcleo Regional da Quercus de Vila Real em parceria com o Município de Santa Marta de Penaguião, realizaram a atividade de o trilho "Pelas Fraldas do Marão, com o intuito de divulgar e enaltecer as lindas paisagens da nossa região.
Este percurso contemplou a parte mais alta da freguesia de Fontes, localizada em plena Serra do Marão, e estendeu-se desde a aldeia da Póvoa da Serra, seguindo por um trilho pedestre, até ao povoado de Soutelo.
A caminhada pelo trilho "Pelas Faldas do Marão" abarcou um percurso pedestre de dificuldade média, com cerca de 8 km, realizado por cerca de 50 pessoas. Com a ajuda do município foram distribuídas águas e pequenos lanches para que os caminhantes conseguissem de forma mais confortável concluir o trilho.
As Faldas da Serra do Marão, estão integradas no Sitio de Interesse Comunitário (SIC) Alvão Marão, o que permitiu aos participantes fazer um percurso que abrange uma área de grande interesse paisagístico e natural, permitindo-lhes observar diversas espécies de aves, desde chapins, trepadeiras, pintarroxos, entre outras a aves de rapina.
O caminho empedrado revelou-se bordeado por vários exemplares de vegetação arbustiva onde se pode observar o tojo, as urzes e a carqueja. Tendo também como característica uma boa mancha vegetal, constituída essencialmente por coníferas e algumas espécies autóctones como o carvalho roble e o negral.
A ocupação agrícola dos vales e socalcos junto aos aglomerados rurais apresenta-se em contraste com as encostas escarpadas, assim como zonas mais planas ocupadas por pastagens naturais ou matos, imprimem uma grande diversidade e beleza paisagística a este território.
Esta parceria, assim como outras de interesse ambiental e ecológico, levam-nos certamente a acreditar que ainda existem amantes da natureza interessados em preservar o nosso património natural e a enaltecer a sua beleza.

WORKSHOP DE GESTÃO/MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS VERDES
O Núcleo Regional da Quercus de Vila Real em parceria com o Município
O Workshop de Gestão/Manutenção de Espaços Verdes, realizado no passado dia 21 de março na Agência de Ecologia Urbana de Vila Real, em parceria com o Município de Vila Real, e teve como foco a temática da manutenção de espaços públicos sem a utilização de pesticidas e herbicidas e a apresentação de alternativas não químicas para controlo das ervas espontâneas. Foram abordadas quais as consequências nefastas para o ambiente mas também quais os impactos na saúde, muitas das vezes imperceptível mas prejudicial para a população residente. Esta atividade teve o objetivo dinamizar e sensibilizar a população em geral para temáticas associadas à preservação do ambiente.
Pela QUERCUS esteve presente a Drª Alexandra Azevedo que fez uma apresentação sobre a "Campanha Autarquias sem Glifosato/Herbicidas" e ainda abordou a temática das consequências na saúde e no ambiente da utilização destes produtos nos espaços públicos.
Com a "Campanha Autarquias sem Glifosato/Herbicidas" a Quercus tem procurado dar apoio às entidades que pretendam adoptar métodos mais sustentáveis no tratamento de espaços verdes e debater as consequências nefastas do uso de herbicidas e opções ao uso do Glifosato.
Também foi oradora a Engª Elvira Azevedo, responsável pela gestão dos espaços verdes na cidade de Vila Real, que veio dar o testemunho de como fazer a gestão destes espaços sem a utilização de herbicidas. O Município de Vila Real foi o terceiro a assinar o "Manifesto Autarquias sem Glifosato/Herbicidas".
O último orador foi o Arqº Paisagista João Bicho, que apresentou diferentes soluções de espaços públicos urbanos em que a gestão ao nível de controlo de espécies herbáceas infestantes está facilitada, não só pelos materiais que são utilizados quando da implementação desses espaços mas também pelas espécies herbáceas, arbustivas e arbóreas escolhidas para o embelezamento dos canteiros.
Quando falamos de alternativas aos herbicidas somos incentivados a fazer demonstrações práticas e para tal esteve presente a empresa SARDINHEIRA AZUL, do Porto, que realizou uma monda térmica num dos caminhos envolventes ao Centro de Ecologia Urbana. Este tipo de monda é uma opção viável e não prejudicial para o ambiente quando é necessário fazer o controlo de herbáceas infestantes.

NÚCLEO SÃO MIGUEL-AÇORES

Núcleo Regional de São Miguel - Açores da Quercus

Recolha de assinaturas People4Soil

O núcleo de São Miguel nos Açores juntou-se para a divulgação do projeto People4Soil, Iniciativa de Cidadania Europeia para a proteção dos solos. Nos passados dias 10 e 11 de maio de 2017 a Quercus estive presente no complexo cientifico da Universidade dos Açores em Ponta Delgada para sensibilizar os alunos e o pessoal docente recolhendo assinaturas para a petição online (https://www.people4soil.eu/). Estudantes locais e do programa Erasmus, assim como professores e pessoal de investigação mostraram muito interesse pelo projeto e não hesitaram em colaborar para atingir o objetivo de um milhão de assinaturas.

NÚCLEO DA GUARDA

Núcleo Regional da Guarda da Quercus

No dia 25 de fevereiro realizou-se, após um momento de convívio entre os sócios do Núcleo, a Assembleia de Núcleo no qual foi apresentado e votado o relatório de atividades e contas do ano de 2016; debatida a situação do Núcleo em particular e da Quercus no geral; proposta e eleita uma nova direção do Núcleo para o biénio 2019-2017.

Pelo 2.º ano consecutivo o Núcleo e o CineClube da Guarda em parceria com a Câmara Municipal de Seia, Teatro Municipal da Guarda da Câmara Municipal da Guarda e o Instituto Português do Desporto e da Juventude exibiram 3 dos filmes premiados no Festival de Cinema Ambiental Cine'Eco 2016. Os filmes exibidos foram, respetivamente, nos dias 8 ,1 e 15 de março no Teatro Municipal da Guarda, "Os Guardiões da água. Carnia revolta-se"; "O normal é mais que um filme" e "A suplicação – vozes de Chernobly".

O Núcleo esteve ainda presente no "Encontro Ibérico do Carvalhal" realizado no dia 7 de abril no Sabugal e participou no dia 23 de abril na visita à Serra da Estrela promovida pelos colegas do Núcleo Regional de Aveiro.

Espaço do sócio do Núcleo Regional da Guarda
Iniciamos no jornal n.º 76 um espaço de opinião no qual os sócios da área de intervenção do Núcleo Regional da Guarda da Quercus A.N.C.N. podem dar as suas opiniões bastando para isso enviar um mail para o endereço guarda@quercus.pt com o que pretendem publicar. A direção do Núcleo reserva-se no direito de não publicar caso considere o conteúdo desadequado.

Mantém-se o desafio dos sócios da área geográfica do Núcleo da Guarda colaborarem na organização ou sugestão de atividades, acompanhamento de denúncias, entre outras tarefas. Os interessados em colaborar deverão enviar um mail para guarda@quercus.pt e manifestar o seu interesse.

25 anos do programa Life

No dia 22 de maio a Quercus A.N.C.N. associou-se às comemorações dos 25 anos do programa Life com uma ação de limpeza de plantações de teixo no Vale do Zêzere em Manteigas, no âmbito do projeto Life Taxus.

Recordamos que o programa Life – cujo acrónimo traduz L'Instrument Financier pour l'Environment – é um instrumento financeiro comunitário que foi criado com o objetivo específico de contribuir para a execução, a atualização e o desenvolvimento das Políticas e Estratégias Europeias na área do Ambiente, através do cofinanciamento de projetos com valor acrescentado europeu.
Fonte:
https://www.apambiente.pt/_zdata/Instrumentos/Instrumentos20%Financeiros/ProgramaLiFE20142020/InfoLIFE.pdf

NÚCLEO DE CASTELO BRANCO

Núcleo Regional da Castelo Branco

Dia Aberto Monte Barata

Como já vem sendo hábito preparamos um dia dirigido a todos os sócios da Quercus. Em pleno coração do Parque Natural do Tejo Internacional, existe uma propriedade cercada por um denso e coberto arbóreo de azinheiras e sobreiro, o Monte Barata abriga uma rara área de vegetação mediterrânea onde coabitam um grande numero de mamíferos, aves de rapina, invertebrados e insetos.
Com mais este dia aberto que decorreu no passadio dia 6 de Maio quisemos dar a conhecer o trabalho aqui desenvolvido e proporcionar um ponto de encontro de convívio e troca de ideias e experiências. O programa contou com diversas atividades e iniciou-se no período da manhã com um enquadramento e visita às instalações do Monte Barata. Depois do almoço (vegetariano) fizemos uma visita ao alimentador de abutres, observatório de aves e pombal. No final da tarde realizou-se um percurso pedestre "Estação da Biodiversidade" com uma extensão de 5 km circular –de baixa dificuldade onde foi possível observar alguma da imensa biodiversidade de espécies e habitats desta reserva. No final do percurso devolvemos à natureza um Bufo-real (Bubo bubo) e um Milhafre-real (Milvus milvus) recuperados no CERAS. Para o Ano há mais!

Quercus integra plataforma de defesa da Albufeira de Santa Águeda

A albufeira de Santa Águeda possui um Plano de Ordenamento (Resolução 2005/107 do Conselho de Ministros), em vigor desde Junho de 2005, onde estão definidas várias faixas de proteção com o respetivo zonamento de forma a salvaguardar a integridade e qualidade do local e consequentemente da água de abastecimento público der milhares de cidadãos dos concelhos de Castelo Branco, Vila Velha de Rodão, Idanha-a-Nova e Fundão. A envolvente da albufeira também possui uma elevada diversidade biológica nos carvalhais existentes e nas linhas de água Esta plataforma criada recentemente é constituída pela Quercus, movimento cívico as Romãs Também Resistem, a Associação de Caça e Pesca da Póvoa de Rio de Moinhos e os Amigos da Póvoa de Rio de Moinhos e pretende denunciar atentados ambientais e dinamizar ações de sensibilização das entidades responsáveis pela manutenção, controlo, inspeção e desenvolvimento sustentável da área de influência da albufeira.
No ano passado a Quercus denunciou por diversas vezes, a existência de fenómenos de poluição e de erosão na albufeira de Santa Águeda, em consequência de movimentações de terra e destruição de carvalhais. Denunciamos ainda o aparecimento de diversos fenómenos de contaminação em consequência das recentes movimentações de terra e destruição de carvalhais, e comunicamos a situação às autoridades competentes, nomeadamente à Agência Portuguesa do Ambiente (APA).
Esta plataforma vai ainda exigir a reposição da situação inicial aos crimes ambientais que destruíram vastas áreas de carvalhais. Foram também identificados várias outras dezenas de crimes e violações na zona do Plano de Ordenamento da Albufeira de Santa Águeda e Pisco (POASAP). Estamos convictos de que fazemos mais e melhor trabalhando de forma coletiva, organizada e abertos a futuras adesões de todos as associações e cidadãos que se identifiquem com os objetivos a que nos propomos.

Incêndios, vaga de calor e seca extrema provocam aumento recorde de ingressos de fauna selvagem ferida no CERAS em Castelo Branco
Mais de 90 animais internados em simultâneo

Ingresso recorde de animais

Os grandes incêndios que se têm feito sentir, associados à vaga de calor e seca extrema em grande parte do território nacional estão a provocar um aumento fora do normal nos ingressos de fauna selvagem ferida no CERAS, o hospital de fauna selvagem da Quercus em Castelo Branco. O CERAS-Centro de Estudos e Recuperação de Animais Selvagens de Castelo Branco, recebe em média cerca de 200 animais por ano, no passado mês de Junho este número já tinha sido ultrapassado com 250 entradas, sendo que ainda falta cerca de metade do ano, pelo que é expectável que este número duplique até ao final de 2017. Nas últimas semanas de Julho chegaram a estar ingressados em recuperação mais de 90 animais em simultâneo, sendo que de momento se encontram cerca de 50 animais internados, de espécies tão diferentes como cegonhas, abutres, mochos, abelharucos, várias espécies de águias, esquilos, entre muitas outras. Todas estas espécies selvagens são protegidas por lei e algumas delas encontram-se em perigo crítico de extinção como a rara Águia-imperial-ibérica com uma população em Portugal de apenas 13 casais. Todas estas espécies têm um papel ecológico de regulação muito importante nos ecossistemas e contribuem para o controle de pragas e doenças. Os animais têm chegado ao CERAS através das autoridades responsáveis pela recolha de fauna (GNR -SEPNA e ICNF) mas uma parte significativa também tem sido entregue por particulares.

Quercus apela a mais voluntariado e a donativos

Face a este aumento significativo de ingressos a Quercus apela ao reforço no voluntariado, para ajudar as equipas existentes, em particular aos fins de semana. Atualmente as tarefas diárias no centro passam por alimentar crias de 3 em 3 horas, realizar tratamentos e preparar a alimentação dos animais, limpeza e manutenção de instalações ou ajudar nas ações de sensibilização e devolução à natureza dos animais recuperados. Para ajudar pode tornar-se voluntário, fazer um donativo em dinheiro ou em géneros ou ainda apadrinhar um animal em recuperação.

Apadrinhar um animal
O apadrinhamento de um animal é uma forma original de conhecer e colaborar na preservação de diferentes espécies de fauna selvagem. O padrinho torna-se desta forma um membro ativo na dinamização da recuperação de animais selvagens em Portugal. Os padrinhos recebem em troca um certificado de apadrinhamento, Informação da evolução da recuperação do seu animal e poderá assistir à sua libertação quando chegar a altura de o devolver ao meio natural.

Pode consultar os animais para apadrinhamento em:
http://tinyurl.com/hq84r9a

O que fazer se encontrar um animal selvagem ferido:
Quando se encontra um animal selvagem ferido é preciso ter algum cuidado, o animal está assustado e, apesar de estar ferido, pode atacar e magoar quem se aproximar.

Fique a saber o que fazer se encontrar um animal ferido:

1 – Aproxime-se com cuidado e cubra o animal ferido com uma toalha ou pano, de modo a privá-lo da visão e para que não o possa ferir enquanto o apanha.

2 – Se tiver uma caixa de cartão, de preferência pouco maior do que o animal, coloque-o lá dentro, perfurando-a previamente. Se não tiver, enrole a toalha que usou à volta do animal para lhe limitar os movimentos, de forma a proteger-se a si e a ele próprio. Se tiver luvas grossas – de cabedal ou de jardinagem – use-as.

3 – Contacte as entidades competentes para procederem à recolha do animal e o encaminharem para os Centros de Recuperação de Animais Selvagens mais próximo pelo SOS Ambiente 808200520-

4 – Até à recolha mantenha o animal ferido num local calmo, escuro e aquecido. Evite contactos excessivos. Não lhe dê alimento nem medicação.

5 – Recolha todas informações sobre o local e condições em que o encontrou (ex: junto a uma estrada, linha de água, reserva de caça, linha elétrica, etc).

6 – Se não se sentir confortável a manipular o animal ferido, contacte diretamente o SEPNA e vigie-o para garantir que ele não se esconde antes de chegar ajuda.

CUIDAR DAS PARTES COMUNS

A Quercus participou na Conferência Internacional sobre a prevenção do Amianto e testemunhou as 7 principais conclusões

Por Centro de Informação de Resíduos da Quercus

Médicos, ativistas, especialistas, vítimas e familiares de vítimas do amianto participaram na 13ª Conferência Anual Internacional sobre a Prevenção do Amianto, que decorreu entre 7 a 9 de abril em Washington DC (EUA), organizada pela ADAO - Asbestos Disease Awareness Organization, uma organização Norte Americana dedicada à informação e prevenção sobre a exposição ao Amianto.

FORAM 7 AS PRINCIPAIS CONCLUSÕES, QUE A QUERCUS TEVE OPORTUNIDADE DE TESTEMUNHAR, NOMEADAMENTE:

01

O amianto não é um problema do passado, é um problema do presente com consequências para o futuro;

02

A magnitude dos produtos que incorporaram o amianto é muito grande, pelo que é fundamental identificar e referenciar a totalidade dos mesmos, estimando-se que rondem os 3.000 artigos diferentes;

03

Ambos os géneros estão expostos. Os homens têm uma exposição mais ocupacional (trabalho nas fábricas do amianto, na construção, metalomecânica, eletricidade e na remoção dos materiais com amianto) e as mulheres uma exposição ambiental (escritórios, produtos e materiais em casa, expostas às fibras que os maridos trazem das atividades anteriormente mencionadas);

04

Não há concentração segura para o amianto, abaixo da qual não haja risco de exposição, mesmo que existam limites de exposição estabelecidos pela legislação;

05

O amianto é a segunda maior causa de contaminação ocupacional do Mundo;

06

Continua a ter uma vasta utilização e a ser exportado para o Mundo inteiro;

07

A única solução para o amianto é a erradicação e eliminação total.

Apesar de ainda não ser proibido o uso de amianto nos EUA, já são conhecidos os produtos que o incorporaram, as fábricas que o utilizaram e as vítimas do amianto. Por outro lado são diversos os processos judiciais apresentados por exposição a fibras de amianto. O amianto, nos EUA, provoca cerca de 3.200 casos de mesotelioma - cancro da pleura do pulmão que é provocado exclusivamente por exposição a este tipo de fibras, valores que em Portugal rondam os 39 casos referenciados, facto que indicia que muitos casos são mal diagnosticados ou não é feita a correta relação causa-efeito entre a doença e a exposição a este contaminante.

O amianto é uma fibra natural abundante na natureza, com boas propriedades físicas e químicas, como resistência mecânica às altas temperaturas, durabilidade, facilidade de ser trabalhada como um tecido, para além do baixo custo. Face a estas características, entre outras, o amianto foi amplamente utilizado, entre 1990 – 1945, em utilizações diversas, desde materiais para fins domésticos, uso industrial, como em materiais para a construção.

O IARC (1987 ,1977) classifica como carcinogénico (agente, mistura ou exposição suscetível de produzir ou favorecer o cancro) todas as variedades de amianto, pelo que a exposição deve ser reduzida ao mínimo.

A OMS chega mesmo a referir que «não se conhecem valores limites de exposição abaixo dos quais não haja risco cancerígeno» e alerta para os riscos de exposição ao amianto e seus efeitos na saúde ambiental.

A Quercus foi convidada para participar e apresentar a realidade portuguesa, tendo abordado que o desconhecimento generalizado dos produtos que incorporaram amianto, sobre a sua incorporação e o seu estado de degradação, para além da ausência de cuidados no controlo da remoção dos materiais com amianto, pode conduzir a uma exposição ambiental e ocupacional a este contaminante do ar, nomeadamente em espaços confinados onde a circulação e renovação do ar é deficiente.

Explicou igualmente que a exposição dos ocupantes dos edifícios a este tipo de fibras poderá ter efeitos na saúde, tais como o desenvolvimento de doenças benignas (asbestose) ou malignas (cancro do pulmão, mesotelioma, laringe, ovários e gastrointestinal). Face a esta situação a Quercus salientou a importância da definição de um Plano Nacional de Ação, como o levantamento exaustivo dos edifícios que contenham amianto e a avaliação dos respetivos riscos de exposição a esta fibra cancerígena.

Where Knowledge and Action Unite

ADAO
Asbestos Disease Awareness Organization™
Voice of the Victims

13th Annual International
Asbestos Awareness and Prevention Conference
April 7 - 9, 2017
Washington, DC

AsbestosDiseaseAwareness.org

(1) OMS - Organização Mundial da Saúde
(2) ARC - Internacional Agency for Research on Cancer (Centro Internacional de Investigação do Cancro)

CONSUMO ENERGÉTICO DOS ELETRODOMÉSTICOS EUROPEUS BAIXOU QUASE 30% ENTRE 2004 E 2015

Novo estudo do projeto Topten[1], do qual a Quercus é responsável em Portugal, revela a evolução da eficiência energética de três eletrodomésticos - frigoríficos, máquinas de lavar roupa e secadores de roupa - no mercado europeu, entre 2004 e 2015.

A União Europeia (UE) aprovou recentemente a criação de uma base de dados, onde serão registadas as informações dos produtos à venda no mercado europeu, o que facilitará não só a sua monitorização, mas também a troca de informações entre autoridades fiscalizadoras e o processo de revisão das etiquetas energéticas.

Frigoríficos e combinados

Segundo o estudo realizado, entre 2004 e 2015, o consumo energético anual dos aparelhos de refrigeração diminuiu 26%. Porém, ao nível da UE, a venda de equipamentos de classe A+++ é ainda pouco expressiva, correspondendo apenas a 5% em 2015 (Figura 1). Já o preço médio de venda destes aparelhos aumentou 8%.

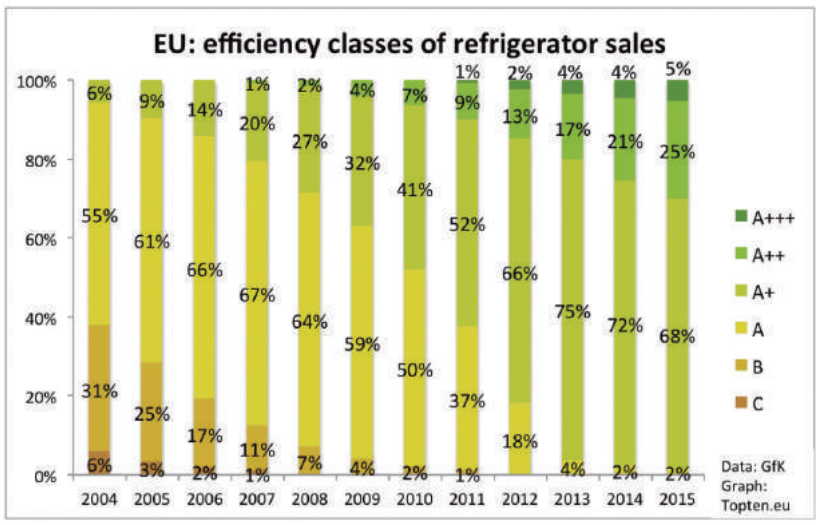


Figura 1 - Representatividade das classes energéticas na venda de frigoríficos na UE

O estudo concluiu que a elevada eficiência dos aparelhos de refrigeração com classe superior permite a obtenção de poupanças consideráveis, embora o preço de venda mais elevado faça com que esses benefícios possam não ser imediatos. É ainda observado que o comportamento das famílias, na utilização destes aparelhos (abertura de portas, definição da temperatura, localização do aparelho, etc.), é potencialmente responsável pelo agravamento do seu consumo energético real.

Os regulamentos de etiquetagem energética e conceção ecológica destes aparelhos têm evoluído desde então e encontram-se agora em revisão até ao final do ano. Espera-se que, nesta revisão, sejam eliminados os chamados "coeficientes de correção" atribuídos a determinadas funcionalidades e características, pois acabam por beneficiar o Índice de Eficiência Energética (IEE) dos aparelhos, e ainda que as subcategorias destes aparelhos sejam reduzidas e simplificadas.

Máquinas de lavar roupa

Segundo os dados de 2004 a 2015, o consumo energético diminuiu 27% e o consumo de água cerca de 15%. Admite-se que parte desta redução energética possa no entanto dever-se à alteração, em 2011, do método de cálculo da eficiência energética, e não à melhoria técnica e optimização dos programas de lavagem. A classe energética dominante nas vendas de máquinas de lavar roupa é a A+++, com 55% em 2015 (Figura 2). Embora com uma representatividade sempre decrescente, as capacidades iguais ou inferiores a 6kg são ainda as mais vendidas na Europa, com 36% em 2015. Curiosamente, o preço médio de venda deste eletrodoméstico na Europa decresceu 8%.

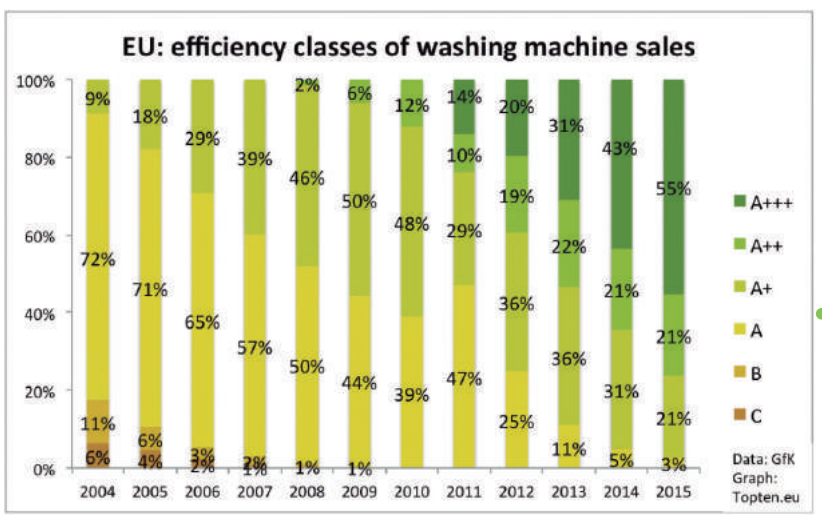


Figura 2 - Representatividade das classes energéticas na venda de máquinas de lavar roupa na UE
Nota: Os dados das classes superiores a A, anteriores a 2011, têm que ser analisados com cautela, pois foram atribuídos pela GfK segundo este princípio: A-10% corresponde a A+ e A-20% a A++.

O estudo salienta que o facto das marcas terem tendência a aumentar a capacidade das máquinas se deve, muito provavelmente, ao objetivo de obterem melhores níveis de eficiência energética, devido à atual fórmula de cálculo do IEE favorecer capacidades maiores. Esta tendência não reflete uma mudança nos hábitos das famílias, que continuam a fazer lavagens com cargas de 4kg em máquinas de maior capacidade. As diferenças no consumo médio anual de água e energia entre as três classes energéticas, atualmente permitidas, é reduzido, pelo que o preço do aparelho com a classe mais elevada pode retardar a obtenção de benefícios. Por outro lado, vários estudos indicam que as famílias não usam os programas normais de lavagem considerados no cálculo do IEE e recorrem a temperaturas inferiores, o que significa que, nesses casos, os consumos reais são mais reduzidos face aos declarados na etiqueta.

Seria desejável que a revisão em curso dos regulamentos tivesse em consideração que uma classe energética muito eficiente, numa máquina sobredimensionada, não se reflete necessariamente em poupança, mas sim em desperdício de eletricidade e água. É ainda necessário definir programas normais de lavagem adaptados às necessidades reais das famílias.

Secadores de roupa

A redução do consumo energético destes aparelhos entre 2004 e 2015 foi de %27, embora não tenha sido constante, tendo em conta o pico ocorrido em 2008. Para além da alteração no método de cálculo da eficiência energética destes equipamentos, registou-se uma importante melhoria pela introdução da tecnologia de bomba de calor (que ocupa as classes A a A+++). A classe B foi a mais vendida (%33) na Europa, em 2015, mas a classe A++ apresenta valores próximos (%28). À semelhança das máquinas de lavar roupa, a capacidade dos modelos tem vindo a aumentar e, em %46 ,2015 das vendas correspondia a modelos de 7kg. O preço de venda também subiu %32 neste período, provavelmente devido à nova tecnologia introduzida.

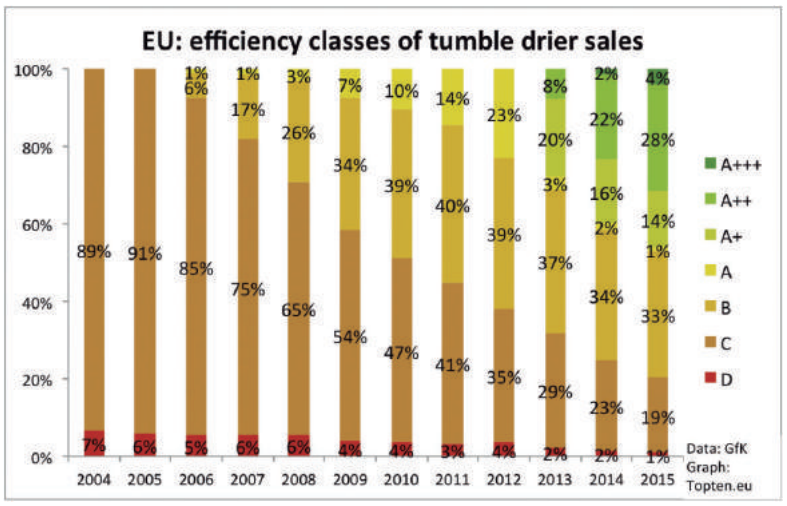
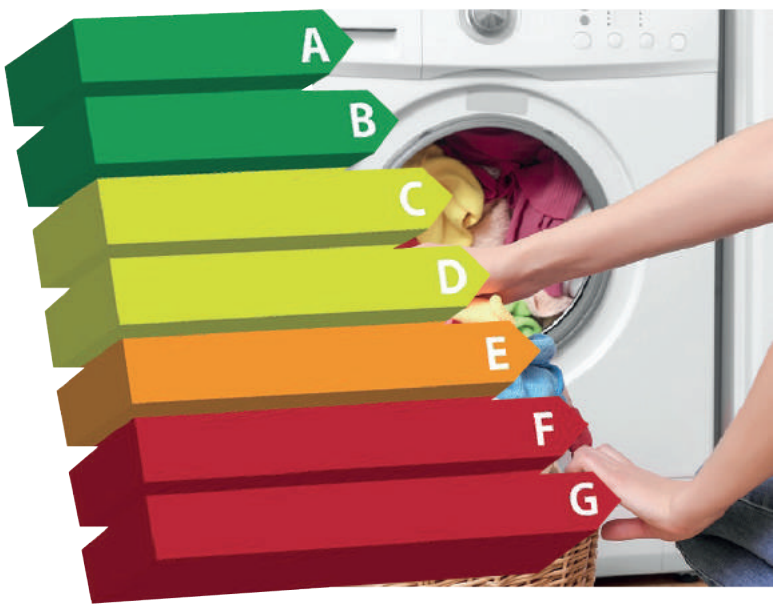


Figura 3 - Representatividade das classes energéticas na venda de secadores de roupa na UE

O estudo refere que o aumento da capacidade estará relacionado com o registado nas máquinas de lavar roupa. Os secadores convencionais de classe B (mínima desde Novembro 2015 para novos modelos) consomem cerca de 50% mais energia do que os que têm bomba de calor. Mesmo considerando os preços mais elevados, os modelos A+++ são os que permitem maiores poupanças aos consumidores. A compra e frequência de utilização destes aparelhos varia consideravelmente na Europa, sendo que em Portugal a procura é baixa, tendo em conta o nosso clima ameno.

Os regulamentos dos secadores de roupa serão novamente revistos até ao final deste ano, e as classes inferiores a A+ serão banidas do mercado.



Sobre o estudo
O estudo foi financiado pela ADEME (Agência Francesa do Ambiente e do Controlo da Energia) e tem como objetivo mostrar a relevância da monitorização sistemática, com base em dados de venda fidedignos. Os dados de vendas e as características dos frigoríficos, máquinas de lavar roupa e secadores de roupa, na Europa-21, foram adquiridos à GfK, para o período 2004-2015, e têm como base a informação declarada na etiqueta.

Classes energéticas voltarão ao intervalo A-G

O Parlamento Europeu e o Conselho chegaram recentemente a acordo sobre a revisão da normativa de Etiquetagem Energética, que deverá entrar em vigor em Setembro de 2017. Os principais aspetos aprovados são:

Reposição da escala inicial A-G, eliminando as classes A+, A++ e A+++. A introdução das novas etiquetas decorrerá até 2020, no caso dos eletrodomésticos e televisores e, possivelmente, só após 2030 para os aparelhos de aquecimento;

Criação de uma base de dados de registo dos produtos à venda no mercado para facilitar as atividades de fiscalização, monitorização e reescalonamento, que deverá estar operacional a partir de Janeiro de 2019;

Criação de uma base de dados pública para ajudar os consumidores a comparar a eficiência energética dos produtos; Estabelecimento de regras sobre as atualizações de software e os aparelhos "inteligentes", proibindo a utilização de dispositivos manipuladores.

O Topten.pt está inserido no projeto Topten Act e reúne 17 parceiros de 16 países.

topten.pt

O projeto Topten recebeu financiamento do programa da União Europeia Horizonte 2020: pesquisa e inovação ao abrigo do contrato de subvenção nº 649647.

PROJETO PROCOLD PREMIOU OS LÍDERES EM EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NA REFRIGERAÇÃO PROFISSIONAL E COMERCIAL

Foram conhecidos, no dia 7 de Março, os equipamentos vencedores da competição realizada no âmbito do projeto europeu ProCold, desenvolvido pela Quercus em Portugal, que distingue os aparelhos de refrigeração comercial e profissional com maior eficiência energética ao nível do mercado europeu. A distinção "ProCold Winner 2017" foi atribuída durante a feira EuroShop em Düsseldorf, na Alemanha, a cinco modelos, distribuídos pelas categorias:

Todos os aparelhos vencedores têm em comum a sua elevada eficiência energética, comparada com outros produtos da mesma categoria, e usam fluidos refrigerantes naturais. No âmbito da competição europeia ProCold, a eficiência energética foi confirmada através de ensaios laboratoriais independentes, realizados segundo as normas atualmente em vigor e na proposta de regulamento de rotulagem energética da Comissão Europeia.
Os aparelhos de refrigeração profissional plug-in, presentes em quase todos os supermercados, hotéis, restaurantes, bares ou cantinas, consomem quantidades significativas de energia. O consumo de energia pode ser reduzido entre 30% a 50% comparando modelos eficientes com outros ineficientes. Nalguns casos, aparelhos eficientes e fechados podem poupar milhares de euros durante o seu tempo de vida.
Geralmente os utilizadores diretos desconhecem que os aparelhos plug-in consomem quantidades significativas de energia. Com esta competição, o ProCold demonstrou que os fabricantes estão dispostos e são capazes de produzir aparelhos de refrigeração muito eficientes. O projeto irá continuar a sua missão de encorajar a utilização e o desenvolvimento dos aparelhos mais eficientes e contribuir, desta forma, para a poupança energética e proteção ambiental na Europa.

E os vencedores foram...

Armários de refrigeração para armazenagem
Os produtos incluídos nesta categoria são utilizados em cozinhas profissionais. Têm que cumprir critérios exigentes de higiene alimentar e funcionar perfeitamente em ambientes com temperaturas altas de 30°C. Estes aparelhos são abrangidos, desde 2016, pelos regulamentos de etiquetagem energética e conceção ecológica.
O modelo vencedor desta categoria foi o Gram Superior Plus K 72 G. Com um consumo energético testado de 285 kWh/ano, este aparelho é cerca de cinco vezes mais eficiente que um modelo comum desta categoria.

Aparelhos de refrigeração de bebidas
Os aparelhos de refrigeração de bebidas são adquiridos em elevado número pela indústria de comidas e bebidas e, após serem devidamente rotulados com a respetiva marca, são alugados ou concessionados a retalhistas, quiosques, takeaways, cantinas, complexos desportivos, etc.
O modelo vencedor desta categoria foi o Liebherr FKDPv 4503. Este produto consume anualmente cerca de 449 kWh, muito abaixo do consumo energético de um aparelho de refrigeração de bebidas ineficiente, que ronda os 2.600 kWh/ano.

Arcas para gelados
Estes aparelhos estão geralmente presentes em lojas, quiosques, restaurantes e têm que funcionar sob condições ambientais muito desfavoráveis. O seu consumo energético pode variar, em função do seu tamanho, desde 450 kWh/ano até mais de 2.000 kWh/ano.
O modelo vencedor desta categoria foi o Liebherr GTEP 3302. Este aparelho consome 589 kWh/ano. Um modelo ineficiente, em comparação, consome anualmente cerca de quatro vezes mais.

Expositores verticais de supermercado para refrigeração
Estes aparelhos são usados tipicamente em supermercados, retalhistas, cantinas, padarias, etc., de onde os empregados retiram os alimentos.
O modelo vencedor desta categoria foi o Carrier Optimer 0948LG R290. Este modelo consome 3.030 kWh/ano e 10.000 kWh menos do que um modelo ineficiente.

Máquinas de venda automática refrigeradas e com vidro frontal
As máquinas de venda automática com vidro frontal são usadas para refrigerar alimentos, e encontram-se geralmente em escritório, espaços públicos, etc.
O modelo vencedor desta categoria foi o Sielaff GF Robimat XM. Este aparelho demonstrou consumir anualmente 1.628 kWh, o que contribui para uma redução evidente do consumo e das contas de eletricidade.

Todos os modelos vencedores, excepto o último, podem ser encontrados em *www.topten.pt.*

O projeto ProCold recebeu financiamento do programa da União Europeia Horizonte 2020: pesquisa e inovação ao abrigo do contrato de subvenção nº 649293.

O projeto ProCold envolve fornecedores, retalhistas, indústria de comidas e bebidas, restauração, hotelaria, entidades públicas e outros atores de mercado nacionais e europeus. No consórcio participam nove parceiros da Alemanha, Áustria, França, Itália, Portugal, República Checa, Suécia e Suíça. Em Portugal, o projeto está sob a responsabilidade da Quercus.
Os conteúdos do projeto ProCold são da inteira responsabilidade dos seus autores e não refletem necessariamente a opinião da União Europeia. Nem a EASME, nem a Comissão Europeia, nem os parceiros deste projeto, são responsáveis pela utilização que possa ser dada a esta informação aqui apresentada.

QUERCUS ORGANIZOU ENCONTRO NACIONAL
"ALTERNATIVAS AOS HERBICIDAS: EXEMPLOS E TESTEMUNHOS"

Por Grupo de Trabalho Pesticidas

A Quercus organizou um Encontro Nacional "Alternativas aos Herbicidas: exemplos e testemunhos" que se realizou, no Centro Cultural de Carnide, em Lisboa, no dia 30 de março, último dia da "Semana sem Pesticidas", dinamizada por dezenas de organizações ambientalistas em toda a Europa.

Como surgiu este encontro?
Desde o lançamento da campanha para promover uma abordagem sem herbicidas nos espaços públicos, em março de 2014, em que as autarquias foram desafiadas a subscrever o manifesto "Autarquia sem glifosato" (versão atualizada para novas subscrições disponível no site da campanha*), a Quercus tem procurado dar o apoio possível às autarquias que já abandonaram os herbicidas para a melhoria do seu desempenho e às que estão em processo de transição, continuando a sensibilizar as autarquias e a população em geral para os impactos dos herbicidas e suas alternativas, nomeadamente através da organização e participação em encontros e debates públicos.
Posto isto, chega, então, o momento para avançar com uma iniciativa de âmbito nacional em que todas as autarquias foram convidadas a participar, uma vez que eram o público-alvo preferencial e as protagonistas na partilha das suas experiências e dinâmicas locais. No entanto, esta iniciativa esteve aberta a outros interessados, nomeadamente na área do urbanismo, serviços de higiene pública, espaços verdes, e sociedade civil.

O encontro registou uma grande adesão
No total inscreveram-se 205 pessoas, e dada a lotação de 172 lugares do auditório do Centro Cultural de Carnide, considerou-se prudente condicionar novas inscrições, mas compareceram 146 correspondentes de 1 associação de municípios (de S. Miguel – Açores), 31 freguesias e 29 municípios, principalmente quadros técnicos, mas também responsáveis políticos, e representantes de 12 empresas, 1 ONG, 1 IPSS e 1 clube desportivo e ainda 10 cidadãos. O apoio institucional da ANAFRE – Associação Nacional de Freguesias e da ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses, que a Quercus agradece publicamente, foi importante para a boa adesão das autarquias.

Um programa diversificado, incluindo demonstração ao vivo de equipamentos
O programa foi muito variado, destacando-se os testemunhos do município de Lisboa, das freguesias de Carnide (Lisboa), Praia do Norte (Horta – Faial – Açores) e Estrela (Lisboa), tendo esta procedido à demonstração prática dos equipamentos que tem neste momento a operar nos serviços de higiene urbana e deservagem, concretamente a roçadora mecânica e um equipamento de vapor de água a 180ºC. Do protocolo habitual consta, primeiro, a passagem da máquina a vapor de água que simultaneamente faz a deservagem, por morte das ervas visível pela sua secagem ao fim de cerca de 3 dias, e a limpeza das ruas, e 1 semana depois a passagem da roçadora mecânica que vai assim retirar os resíduos das ervas, com risco muito reduzido de projeção de outros lixos, pequenas pedras, etc, e consequentes danos em viaturas, por exemplo, que por sua vez são arrastados por sopradores e posteriormente recolhidos.
A Queiró - Associação para a Floresta, Caça e Pesca, uma OPF - Organização de Produtores Florestais da área da Covilhã, foi convidada a dar também o seu testemunho em reconhecimento pela deliberação da direção em adaptar o Manifesto "Autarquias sem Glifosato" para "OPF sem Glifosato", em 5/9/2016, o que muito honra a Quercus por esta iniciativa pioneira no sentido de alargar a abordagem sem herbicidas a outras entidades que operam no nosso território, em espaços públicos e privados. Um grande bem-haja à Queiró!
Para finalizar os trabalhos, Alexandra Azevedo, do Grupo de Trabalho de Pesticidas da Quercus fez uma comunicação sobre "Abordagem sem herbicidas nos espaços públicos: comunicação, medidas preventivas e alternativas" e Cecília Delgado, Arquiteta, Urbanista e Investigadora em Planeamento Territorial e Agricultura Urbana, que integra atualmente o Grupo de Trabalho de Agricultura como especialista em Agricultura Urbana, e que muito honra a Quercus pela sua colaboração, falou-nos sobre "Tendências e potencialidades produtivas dos espaços urbanos", mostrando-nos exemplos de várias cidades pelo mundo fora, incluindo Portugal, de modo a abrir-nos os horizontes para um melhor usufruto e gestão dos espaços urbanos.**Todas as comunicações e vídeos das participações e entrevistas estão disponíveis no site da Quercus**

Degustação de alimentos preparados com ervas espontâneas
A compor todo o programa, os participantes tiveram oportunidade de degustar durante os intervalos e ao almoço algumas propostas gastronómicas com ingredientes silvestres, como pão de bolota, queijo fresco com urtigas, biscoitos de bolota e alfarroba, bolinhos de acelga-brava e bebidas de roseira-brava e de flor de sabugueiro.

Pesticidas e alternativas em espaços públicos – um caminho a percorrer
Foi um dia longo e intenso de partilha e aprendizagens. Cremos que este evento terá dado um forte impulso ao debate público em torno do uso de herbicidas em espaços públicos e das suas alternativas, que cada vez preocupa mais pessoas. Agora há que continuar a trabalhar, pois ainda temos um longo caminho a percorrer. Convém salientar que entrará em vigor a 22 de junho, o decreto-lei n.º 35/2017 de 24 de maio, que proíbe a aplicação de pesticidas (onde estão incluídos os herbicidas) em alguns espaços públicos, concretamente nos jardins infantis, nos jardins e parques urbanos de proximidade e nos parques de campismo; nos hospitais e noutros locais de prestação de cuidados de saúde bem como nas estruturas residenciais para idosos; e nos estabelecimentos de ensino, exceto nos dedicados à formação em ciências agrárias. Esta legislação obrigará à implementação de meios alternativos nestes locais e à ponderação das melhores opções e técnicas mais eficientes, o que contribuirá para uma transição em relação às restantes áreas (como passeios, bermas e taludes de estradas).

** http://www.quercus.pt/images/PDF/Autarquias%20sem%20glifosato-herbicidas%20-%20manifesto%20de%20adesao.pdf*

ECOTOPIA

LIVROS

Paulo Ramalho, O Outro Lado da Ilha, editora Clube do Autor, Lisboa, 2015, 312 pp., 15€
Por Joëlle Ghazarian

«Os santomenses dizem que quando o pintainho esgravata muito, acaba por encontrar os ossos da sua avó.» Falar de um livro não é desvendá-lo, vou apenas apresentar o autor e algumas personagens, entre as quais a floresta e as aves, devendo nós ter presente que o Parque Natural Ôbo, em São Tomé e Príncipe, foi criado em 2006 para proteger a extraordinária biodiversidade do arquipélago e que a floresta santomense se situa, biologicamente, entre as mais importantes de África.

O Outro Lado da Ilha é o primeiro romance do antropólogo e poeta Paulo Ramalho. Decorre provavelmente destas particularidades biográficas o facto de a sua narrativa não ter uma arquitectura convencional. Mescla vários registos: a história com maiúscula, a ficção, textos científicos, sonhos, cartas redigidas por várias personagens, entrevistas, uma das quais no Funchal, incursões filosóficas, apontamentos psicanalíticos, notações míticas, referenciais bíblicos, sem esquecer a magia, santomense e em forma de transe. E mescla também as épocas, num arco temporal que vai de fins do século XIX até 2011, com passagens mais marcadas por 1919 e 1969. .

Tudo isto é denso, espesso, entrelaçado, sem qualquer confusão narrativa e onde surde uma profusão de sinais, de cores, de sons, extremamente ramificados e ordenados num impulso vital, profundo, fértil e inteligente como o Ôbo, nome da floresta santomense. Porém, sendo tudo isso, não é impenetrável, apesar de as linhas desta escrita estarem repletas de surpresas, situações imprevistas, mistérios nunca gratuitos. O autor domina o seu verbo com dexteridade, a partir de uma apreensão holística e generosa em que tudo está presente e se agencia na multiplicidade. Os seus diálogos são partituras para várias vozes, como as aves do Ôbo santomense, em que cada vocalização, ao contrário dos pássaros da Europa, tem o seu peso próprio no incessante coro ininterrupto, cujos chilreios e assobios se enlaçam num longo canto sem princípio nem fim.
A acção central passa-se em 2011. Depois de terem atravessado entranhadamente o Ôbo durante três semanas, graças aos seus guias, os dois protagonistas, Bernardo, português, e o seu amigo catalão Gonzalo, ornitólogo e fotógrafo, ganham algo que é novo para eles. Bernardo desloca-se ali vindo do outro lado do mundo para mergulhar na sua história pessoal (ver em São Tomé o que seu pai viu em 1969 e 1970) e para penetrar na história santomense do século XX, na sua fauna, no seu clima chuvoso, no mar do sudoeste da ilha, entre São Miguel e Porto Alegre. Denuncia a destruição da floresta e dos solos pelas incessantes plantações inadequadas, não endémicas, que os colonos ali impõem (café, cana de açúcar, cacau, noz de coco) e, ao fazê-lo, sente-se penetrado pelo magnetismo da floresta viva. Gonzalo, fotógrafo e cientista, é um elo vivo, numa cadeia interminável, que comunica com a natureza, compreende a linguagem das aves e incorpora a música das esferas. A par da correspondência do naturalista portuense Francisco Newton, cientista com um pé no século XIX e outro no século XX, Gonzalo segue os cânticos das aves. Mas não é por fotografar pássaros nem por transubstanciar em memória o pai que se traz às costas, que um e o outro conseguem blindar-se contra o desconcerto do mundo vigente no outro lado do cenário, na realidade europeia. No Ôbo luxuriante, naquela floresta de grandes sortilégios, perante aquele mar chuvoso e tentador, Bernardo e Gonzalo despojam-se, nas suas investigações, «das suas referências civilizacionais e acordam estrangulados por lianas que vêm da noite dos tempos».
Embora ambos se esforcem por voltar ao cartesianismo, para ficarem a salvo desse envolvente desconhecido, Bernardo sente-se claramente um santomense, quando diz: «Estamos vivos, embebidos do espírito do rio, unidos ao sinuoso destino das suas águas, irmanados com a natureza pela dádiva dessa seiva que escorre das nuvens para as montanhas e das montanhas para o oceano.» E é assim que ficamos, como Bernardo, com uma estimulante sensação de incompletude. Ou antes, sem vontade nenhuma de sair desta ilha, dela e das suas personagens tão estreitamente unificadas. Porque no fim da narrativa não se quebra o fio invisível do encantamento.
A História de São Tomé e Príncipe, da sua tão importante floresta, das suas aves magníficas, e as complexas histórias que ocorrem neste livro vão desaguar num silêncio interior onde ecoam as grandes e antiquíssimas sonoridades do que é arbóreo. Como diz o poeta canadiano Robert Bringhurst, citado por Bernardo, «um homem tem sempre de estar pronto para a morte – tal como o som precisa de estar pronto para o silêncio.» E estando este livro tão repleto de sons, gostaria de concluir escandindo mentalmente alguns dos de São Tomé e Príncipe, sons endémicos como estes: Ôbo - ossobó - umbilá – ocá. E a praia xixi!

* Por preferência da autora, o texto foi redigido segundo a antiga Ortografia

RETRATO
POSTO AQUÍCOLA DE CAMPELO

POR CARLOS SILVA

O Posto Aquícola de Campelo situa-se na vila de Campelo, no Município de Figueiró dos Vinhos, num vale junto à Ribeira de Alge. É uma estrutura gerida pela Quercus, no âmbito de um protocolo estabelecido com a Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos e desde 2008 tem funcionado como um importante apoio a diferentes projetos de Conservação da Natureza, tais como o Projeto de Conservação ex-situ de Organismos Fluviais.

Ribeira de Alge e o Posto aquícola
As condições naturalistas originais utilizadas neste Posto são possíveis graças ao abastecimento de água diretamente do açude da Ribeira de Alge, através de valas de abastecimento por gravidade. Nos meses mais quentes do ano, em que os níveis de água diminuem, o abastecimento de água é efetuado com recurso a bombeamento de água da ribeira que se encontra mesmo por baixo do Posto Aquícola.

Instalações
O Posto aquícola de Campelo é composto essencialmente por:
- 1 edifício de apoio, com uma área de laboratório e apoio a diferentes atividades e uma sala com 7 tanques de quarentena;
- 2 zonas exteriores com 14 tanques para o desenvolvimento de projetos, uma plataforma superior com 9 tanques e uma zona inferior onde se encontram mais 5 tanques de maiores dimensões;
- 1 Quarto de apoio – utilizado por estagiários, voluntários ou investigadores que necessitem de pernoitar no Posto;

Projeto de Conservação ex-situ de Organismos Fluviais
Em virtude da degradação extrema dos ecossistemas de água doce, desde o início de 2008, foi constituída uma parceria alargada que envolve o Aquário Vasco da Gama, o Instituto Superior de Psicologia Aplicada, a Faculdade de Medicina Veterinária da Universidade Técnica de Lisboa, a Quercus e a Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos, no sentido de criar um programa de reprodução de espécies endémicas de peixes de água doce criticamente em perigo na Península Ibérica.
Assim, no Posto Aquícola de Campelo adotou-se uma abordagem naturalista da reprodução, cujo objetivo foi criar condições para os peixes se reproduzirem e preservar o padrão natural de comportamento das espécies (tais como fugir dos predadores, busca pelo alimento e pelo parceiro sexual), condições essas que seriam as esperadas no ambiente natural na altura do repovoamento destas espécies nos rios de origem.

Atualmente, o projeto conta com 5 espécies autóctones portuguesas alvo de programas de reprodução ex-situ:
- *Squalius aradensis* (Escalo-do-arade)
- *Squalius torgalensis* (Escalo-do-Mira)
- *Achondrostoma occidentale* (Ruivaco-do-Oeste)
- *Iberochondrostoma almacai* (Boga-do-Sudoeste)
- *Anaecypris hispanica* (Saramugo)

Projeto LIFE Ecotone
Em 2012, paralelamente ao desenrolar do Projeto de Conservação ex-situ de Organismos Fluviais, iniciou-se no Posto Aquícola de Campelo, o desenvolvimento da componente de conservação ex-situ do projecto LIFE "Ecotone – Gestão de habitas ripículas para a conservação de invertebrados ameaçados", coordenado pela Quercus e com o apoio da União Europeia e tendo como parceiros a APA – Agência Portuguesa do Ambiente e Município de Castro Daire. No posto aquícola de Campelo foram reproduzidas as seguintes espécies: *Unio tumidiformis, Squalius torgalensis* e *Margaritifera margaritifera*. O projeto ficou concluído no final de 2015.

O Posto aquícola em números
De 2011 até ao presente, foram libertados 17.563 peixes , no âmbito de programas de reprodução que envolveram o Posto Aquícola de Campelo. Estes peixes vieram reforçar 11 populações pertencentes a sete espécies classificadas como estando "Em Perigo" e "Criticamente em Perigo".

Voluntariado e Estágios
Erguer algo que fique, implementar ideias, melhorar o ambiente. Qualquer um pode participar nos projetos desenvolvidos no Posto aquícola: basta ter a capacidade de dar, aplicar os seus conhecimentos, ser curioso e estar atento para aprender com cada atividade aqui desenvolvida. Além de poder contactar com os projetos inovadores aqui desenvolvidos, tem ainda a possibilidade de explorar uma zona envolvida por florestas, ribeiras e praias fluviais.

Glossário
Espécie dulciaquícola – espécie que ocupa habitats de água doce;
Espécie autóctone – espécie que evoluiu e ocorre naturalmente numa determinada região;
Espécie endémica – espécie que se distribui numa zona geográfica reduzida e que não se encontra de forma natural noutras partes do Mundo.

DEIXE-SE GUIAR

VISITE A NOSSA LOJA ONLINE E APROVEITE OS 50% DE DESCONTO NOS GUIAS

Quercus

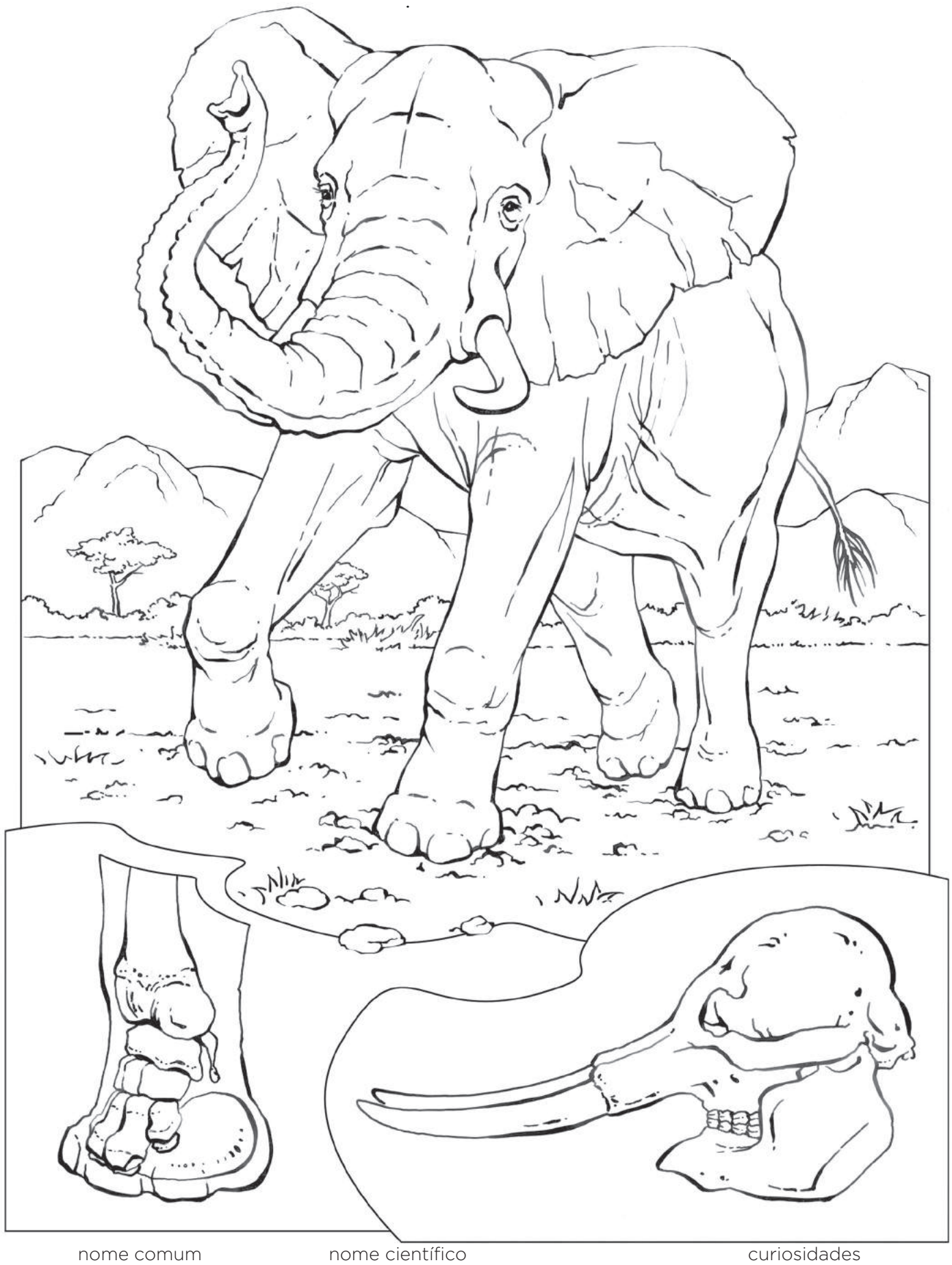
QUERCUS.PT

PASSEIO
COM OS
ANFÍBIOS
18 DE NOVEMBRO
MONTE BARATA
TEJO INTERNACIONAL
INFO: CASTELOBRANCO@QUERCUS.PT
Quercus
UNESCO
MaB

PARA COLORIR IDENTIFICAR RECORTAR E COLECIONAR!

Envia o teu desenho para jornal@quercus.pt

QuercusKids



nome comum ..... nome científico ..... curiosidades .....

Fonte: kids.nationalgeographic

LEGISLAÇÃO AMBIENTAL

ÁGUA/OCEANOS

Resolução da Assembleia da República n.º 34/2017 de 2017-02-27 AR: Recomenda ao Governo urgência no desassoreamento e regulação dos caudais da ria de Aveiro
Portaria n.º 92-C/2017 – DR 1º Suplemento de 2017-03-02 MM: Estabelece as limitações à captura e descarga de biqueirão (Engraulis encrasicholus) na subzona IX do Conselho Internacional de Exploração do Mar com o objetivo de gerir a quota disponível ao longo de 2017
Portaria n.º 92-D/2017 DR 1º Suplemento de 2017-03-02 MM: Estabelece um regime excecional para a captura de espécies acessórias nas pescarias de cerco, relativamente ao previsto no n.º 2 do artigo 7.º do Regulamento de Pesca por Arte de Cerco, aprovado pela Portaria n.º 1102-G/2000, de 22 de novembro, com as alterações introduzidas pelas Portarias n.º 346/2002, de 2 de abril, e n.º 397/2007, de 4 de abril, para o ano de 2017
Portaria n.º 107/2017 de 2017-03-13 MA: Aprovada a delimitação do perímetro de proteção da captação designada por SO1 - Torreira, no local de Torreira, concelho de Murtosa
Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira n.º **9/2017/M de 2017-03-13 RAM–AL:** Recomenda ao Governo da República e em especial ao Ministério do Mar que realize todos os esforços e diligências junto das instituições europeias para a proteção da pesca artesanal e sustentável do peixe-espada preto da Região Autónoma da Madeira
Portaria n.º 116/2017 I de 2017-03-17 ME: Fixa o perímetro de proteção da água mineral natural a que corresponde o número HM-60 de cadastro e a denominação de «Termas de Moura»
Portaria n.º 125/2017 de 2017-03-29 MA: Aprova a delimitação dos perímetros de proteção das captações de água subterrânea localizadas no concelho de Oliveira do Bairro
Decreto-Lei n.º 40/2017 de 2017-04-04 MM: Aprova o regime jurídico da instalação e exploração dos estabelecimentos de culturas em águas marinhas, nelas se incluindo as águas de transição, e em águas interiores, no uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 37/2016, de 15 de dezembro
Portaria n.º 133/2017 de 2017-04-10 MF e MM: Estabelece as condições e os procedimentos aplicáveis à atribuição, em 2017, de um subsídio, no âmbito do auxílio de minimis ao setor da pesca que corresponde a uma redução no preço final da gasolina consumida na pequena pesca artesanal e costeira, equivalente ao que resulta da redução da taxa prevista na alínea b) do n.º 3 do artigo 93.º do CIEC aplicada ao gasóleo consumido na pesca
Resolução da Assembleia da República n.º 63/2017 de 2017-04-11 AR: Recomenda ao Governo que tome medidas para a despoluição do rio Vizela, investigue os incidentes de poluição nele ocorridos e elabore um plano para a recuperação das zonas envolventes
Portaria n.º 143/2017 de 2017-04-20 MA: Aprova a delimitação dos perímetros de proteção das captações localizadas no concelho de Góis
Decreto-Lei n.º 46/2017 de 2017-05-03 MA: Altera o regime económico e financeiro dos recursos hídricos

AGRICULTURA/ALIMENTAÇÃO/CONSERVAÇÃO DA NATUREZA/FLORESTA

Portaria n.º 73/2017 de 2017-02-21 MAFDR: Procede à quarta alteração da Portaria n.º 268/2015, de 1 de setembro, que estabelece o regime de aplicação do apoio 7.8.3., «Conservação e melhoramento de recursos genéticos animais», da medida n.º 7, «Agricultura e recursos naturais», inserida na área n.º 3, «Ambiente, eficiência no uso dos recursos e clima», do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente, abreviadamente designado por PDR 2020
Portaria n.º 85-A/2017 de 2017-02-24 MAFDR: Procede à terceira alteração à Portaria n.º 31/2015, de 12 de fevereiro, alterada pela Portaria n.º 249/2016, de 15 de setembro e pela Portaria n.º 2/2017, de 2 de janeiro, que estabelece o regime de aplicação da ação n.º 3.1, «Jovens agricultores», da Medida n.º 3, «Valorização da produção agrícola», do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente, abreviadamente designado por PDR 2020
Portaria n.º 87/2017 de 2017-02-27 MAFDR: Estabelece as reduções a aplicar pelo incumprimento da obrigação da declaração da totalidade da superfície da exploração a que se refere o n.º 1 do artigo 72.º do Regulamento (UE) n.º 1306/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro
Portaria n.º 90/2017 de 2017-03-01 MAFDR: Procede à quinta alteração à Portaria n.º 55/2015, de 27 de fevereiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 338-A/2016, de 28 de dezembro, que estabelece o regime de aplicação do apoio «Manutenção de raças autóctones em risco», da ação n.º 7.8, «Recursos genéticos», da medida n.º 7, «Agricultura e recursos naturais», do PDR 2020
Portaria n.º 106/2017 de 2017-03-10 MAFDR: Primeira alteração à Portaria n.º 229/2016, de 26 de agosto, que estabelece o regime de aplicação das operações n.os 3.4.1, «Desenvolvimento do regadio eficiente», e 3.4.3, «Drenagem e estruturação fundiária», inseridas na ação n.º 3.4, «Infraestruturas coletivas», da medida n.º 3, «Valorização da produção agrícola», integrada na área n.º 2, «Competitividade e organização da produção», do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente, abreviadamente designado por PDR 2020
Decreto n.º 7/2017 I de 2017-03-13 MNE: Aprova o Protocolo de Nagoya sobre o acesso a recursos genéticos e a partilha justa e equitativa dos benefícios provenientes da sua utilização, adotado em Nagoya, em 29 de outubro de 2010
Portaria n.º 112/2017 de 2017-03-16 MAFDR: Define o regime de produção e comércio dos vinhos e produtos vitivinícolas com direito à denominação de origem (DO) «Beira Interior»
Decreto-Lei n.º 32/2017 de 2017-03-23 MAFDR: Altera o Sistema Nacional de Informação e Registo Animal
Decreto-Lei n.º 33/2017 de 2017-03-23 MAFDR: Assegura a execução e garante o cumprimento das disposições do Regulamento (CE) n.º 1069/2009, que define as regras sanitárias relativas a subprodutos animais e produtos derivados não destinados ao consumo humano
Decreto n.º 11/2017 I de 2017-04-04 MAFDR: Procede à desafetação do Regime Florestal Parcial - Pindelo dos Milagres, do concelho de São Pedro do Sul
Decreto-Lei n.º 42/2017 de 2017-04-06 MAFDR: Regula a produção, o controlo, a certificação e a comercialização de sementes de espécies agrícolas e de espécies hortícolas, transpondo as Diretivas de Execução (UE) n.os 2015/1168, 2015/1955, 2016/11 e 2016/317
Portaria n.º 132/2017 de 2017-04-10 MF e MAFDR: Alteração ao Regulamento do seguro de colheitas e da compensação de sinistralidade, aprovado em anexo à Portaria n.º 65/2014, de 12 de março, da qual faz parte integrante
Lei n.º 11/2017 de 2017-04-17 AR: Estabelece a obrigatoriedade de existência de opção vegetariana nas ementas das cantinas e refeitórios públicos
Portaria n.º 152/2017 de 2017-05-03 MAFDR: Procede à primeira alteração da Portaria n.º 286-A/2016, de 9 de novembro, que estabelece as regras nacionais complementares de aplicação do Programa Apícola Nacional relativo ao triénio 2017-2019
Resolução do Conselho de Ministros n.º 59/2017 de 2017-05-08 PCM: Aprova o Programa Nacional de Fogo Controlado

ENERGIA/ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS/POLUIÇÃO DO AR/MOBILIDADE

Decreto Legislativo Regional n.º 5/2017/M de 2017-03-02 RAM–AL: Adapta à Região Autónoma da Madeira o Decreto-Lei n.º 39/2010, de 26 de abril, na redação republicada pelo Decreto-Lei n.º 90/2014, de 11 de junho, que regula a organização, o acesso e o exercício das atividades de mobilidade elétrica e procede ao estabelecimento de uma rede de mobilidade elétrica
Resolução da Assembleia da República n.º 55/2017 de 2017-03-30 AR: Recomenda ao Governo que garanta o estacionamento reservado a pessoas com deficiência
Decreto-Lei n.º 38/2017 de 2017-03-31 ME: Aprova o regime jurídico aplicável à atividade de operador logístico de mudança de comercializador de eletricidade e gás
Resolução da Assembleia da República n.º 59/2017 I de 2017-04-03 AR: Recomenda ao Governo a reposição urgente da mobilidade ferroviária no Ramal da Lousã
Resolução da Assembleia da República n.º 60/2017 de 2017-04-03 AR: Recomenda ao Governo a reposição, modernização e eletrificação do Ramal da Lousã
Resolução da Assembleia da República n.º 61/2017 de 2017-04-04 AR: Recomenda ao Governo a reativação do projeto do Sistema de Mobilidade do Mondego e a sua inclusão no plano de investimentos ferroviários 2016-2020
Aviso n.º 26/2017 de 2017-04-10 MNE: Torna público que a República Portuguesa depositou o seu instrumento de ratificação do Tratado da Carta da Energia e do Protocolo da Carta da Energia Relativo à Eficiência Energética e aos Aspetos Ambientais Associados, assinados em Lisboa em 17 de dezembro de 1994
Decreto n.º 13/2017 de 2017-04-12 MNE: Aprova o Protocolo à Convenção de 1979 sobre a Poluição Atmosférica Transfronteiras a Longa Distância, relativo aos Metais Pesados, assinado em Aarhus, Dinamarca, em 24 de junho de 1998
Portaria n.º 144/2017 de 2017-04-24 ME: Alteração à Portaria n.º 59/2013, de 11 de fevereiro, que aprova o prolongamento do prazo para extinção das tarifas transitórias aplicáveis ao fornecimento de gás natural, estendendo o atual prazo de extinção até 31 de dezembro de 2020
Resolução da Assembleia da República n.º 76/2017 de 2017-05-08 AR: Recomenda ao Governo que inclua na agenda da próxima Cimeira Luso-Espanhola a central nuclear de Almaraz e a necessidade do seu encerramento

ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO/URBANISMO/ SOLO

Resolução da Assembleia da República n.º 64/2017 de 2017-04-11 AR: Recomenda ao Governo que tome medidas no âmbito da proteção da orla costeira e da segurança de pessoas e bens e que desenvolva, com caráter de urgência, ações de transposição sedimentar nas barras da Figueira da Foz e Aveiro

LEGENDA

AR – Assembleia da República
DR – Diário da República
MA – Ministério do Ambiente
MAFDR - Ministério da Agricultura, das Florestas e do Desenvolvimento Rural
MCTES - Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino
MDN - Ministério da Defesa Nacional
ME – Ministério da Economia
MF – Ministério das Finanças
MM – Ministério do Mar
MTSSS - Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
PCM – Presidência do Conselho de Ministros
PCM – SG - Presidência do Conselho de Ministros – Secretaria-geral
RAA - AL - Região Autónoma dos Açores - Assembleia Legislativa
RAM - AL – Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa
RAM - PG - Região Autónoma da Madeira – Presidência do Governo

Fonte: Diário da República Eletrónico – Sumários da Iª Série (http://dre.pt/)

RESÍDUOS

Resolução da Assembleia da República n.º 46/2017 de 2017-03-16 AR: Recomenda ao Governo a adoção de medidas para reduzir o uso de embalagens plásticas, fomentando a utilização de materiais mais ecológicos

SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS

Portaria n.º 86/2017 de 2017-02-27 MF e MAFDR: Portaria que fixa as taxas devidas pelos serviços prestados e encargos associados referentes às áreas dos pedidos relativos a limites máximos de resíduos, da colocação no mercado de produtos fitofarmacêuticos e adjuvantes, e da distribuição, venda e aplicação de produtos fitofarmacêuticos para uso profissional

OUTROS

Resolução da Assembleia da República n.º 33/2017 de 2017-02-23 AR: Recomenda ao Governo a implementação de medidas no âmbito da utilização de animais em investigação científica
Portaria n.º 91/2017 de 2017-03-02 MAI: Define o âmbito, o modo de reconhecimento e as formas de cooperação em atividades de proteção civil das organizações de voluntariado de proteção civil
Lei n.º 8/2017 de 2017-03-03 AR: Estabelece um estatuto jurídico dos animais, alterando o Código Civil, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 47 344, de 25 de novembro de 1966, o Código de Processo Civil, aprovado pela Lei n.º 41/2013, de 26 de junho, e o Código Penal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 400/82, de 23 de setembro
Resolução da Assembleia da República n.º 47/2017 de 2017-03-16 AR: Recomenda ao Governo a apresentação do Livro Branco sobre o estado do ambiente em Portugal
Decreto-Lei n.º 29/2017 I de 2017-03-16 MA: Procede à segunda alteração do Decreto-Lei n.º 180/2009, de 7 de agosto, que aprova o regime do Sistema Nacional de Informação Geográfica
Resolução do Conselho de Ministros n.º 42/2017 de 2017-03-17 PCM: Designa o presidente do Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável
Portaria n.º 137/2017 de 2017-04-12 MA: Determina a aprovação do modelo do Título Único Ambiental (TUA)
Resolução do Conselho de Ministros n.º 51/2017 de 2017-04-19 PCM: Aprova medidas tendentes à redução do consumo de papel e demais consumíveis de impressão na Administração Pública
Resolução do Conselho de Ministros n.º 55/2017 de 2017-04-19 PCM: Reconhece o excecional interesse público do desenvolvimento da atividade de desmantelamento de aeronaves, gestão de peças e componentes provenientes dessa atividade, a realizar pela empresa Aeroneo - Indústria, Comércio e Serviços Aeronáuticos, Lda.
Resolução da Assembleia da República n.º 72/2017 de 2017-04-24 AR: Recomenda ao Governo que elabore um plano de emergência radiológico para acidentes nucleares transfronteiriços

ECO-RECEITAS

Por Alexandra Azevedo

Compota de abrunho-bravo com geleia de arroz

Alexandra Azevedo

Abrunhos-bravos

Uso esta compota para rechear tartes, por exemplo, em que a cozedura no forno ainda atenuará um pouco mais a adstringência que se possa sentir. Eu gosto de paladares intensos e o sabor desta compota lembra uma mistura de ameixa e cereja. Quem for mais sensível à adstringência pode misturar esta compota com a de outros frutos e, no caso de ser com compota de amoras e outras bagas silvestres, será uma genuína compota de frutos do bosque!

Nota prévia: Os abrunhos-bravos são bastante adstringentes, por isso temos de ter o cuidado de os colher bem maduros e, para reduzir adicionalmente a adstringência, devemos deixá-los de molho em água, completamente submersos durante 24 a 48 horas e depois colocar algumas horas (até 48 horas) no congelador.
Ingredientes: abrunhos-bravos, geleia de arroz (3/2 do peso dos frutos sem caroço).

Modo de preparação: Retirar os caroços (os abrunhos-bravos terão consistência mole que permite retirá-lo facilmente depois de descongelarem, para diminuir a adstringência). Pesar os frutos e adicionar 3/2 do seu peso de geleia de arroz. Com o lume médio, deixar ferver cerca de 30 minutos, para uma consistência relativamente firme. Triturar se se pretender uma textura mais homogénea. Apagar o lume e encher de imediato os frascos de conserva fechando-os hermeticamente.

Nota: Para se fazer marmelada bastaria triturar os frutos com varinha mágica depois de já terem fervido pelo menos 10 minutos e continuar a fervura até à consistência desejada.

Alexandra Azevedo

Compota de abrunho-bravo

Sobre o Abrunheiro-bravo – *Prunus spinosa*

Arbusto de folha caduca, até 6 metros, ramificação tortuosa abundante, frequentemente com espinhos rígidos, da família das Rosáceas. Tem grande variabilidade e hibridam com o P. insititia. De ampla distribuição no norte e centro do país, em sebes, taludes, matos e orlas de bosques.
O seu fruto, o abrunho-bravo, é Drupa globosa a oval até 2 cm de diâmetro, de cor violácea escura, muito pruinosa, de sabor intenso ácido e adstringente. O período de maturação é de Julho a Outubro.

Alexandra Azevedo

Abrunhos-bravos

ROSTOS QUERCUS

Jorge Infante

Idade: 32

Função na Quercus: Vogal da Direção do Núcleo Regional de Castelo Branco, coordenador da QuercusTV, integro a equipa de comunicação onde faço a produção de conteúdos gráficos e audiovisuais e *New Media* para projetos e Núcleos, dou apoio na gestão das redes sociais, paginação e design do jornal. Sou membro da incansável equipa do CERAS (Centro de Estudos e Recuperação de Animais Selvagens de Castelo Branco). Programador, organizador e membro da equipa de comunicação do Eco Festival Salva a Terra.

Quando sentiste o primeiro apelo pelo ambiente?
Hmmm... talvez nos dias passados com a minha bisavó e avô na aldeia...

Como foi o teu primeiro contacto com a Quercus?
Penso que foi aos 11 anos. Recordo-me de acolhermos e recuperamos animais selvagens em casa, anos antes da fundação do CERAS, e dos verões passados no Monte Barata e nos Alares, onde realizávamos os grandes campos de trabalho Internacionais. Recordo-me de pastorear o rebanho de ovelhas do Monte Barata, a recuperação das casas e a implantação dos primeiros projetos de conservação com o João Paulo, o Tito e a São. Recordo com muita saudade desses tempos de crescimento , aprendizagem e partilha.

O que mais gostaste de fazer na Quercus até hoje?
Tudo, mas o que mais me marca são as sessões de educação ambiental nas escolas e o trabalho desenvolvido nos Centros de Recuperação de fauna.

Confessa, qual é o teu maior pecado ambiental?
Não poder consumir 100% produtos biológicos.

O que fazes no teu dia-a-dia pelo ambiente?
Ajudo na recuperação de animais selvagens, não consumo carne desde os 15 anos de idade, ando a pé, tento comprar sempre produtos locais, reutilizo e prolongo a vida dos equipamentos e bens de consumo, envio para reciclagem todos os resíduos, faço compostagem e consumo produtos amigos do ambiente.

PAGAMENTO DE QUOTAS

A Direção Nacional apela a todos os associados para regularizarem o pagamento das quotas. Se quiser pode pagar as suas quotas através de cheque ou vale postal à ordem da Quercus-ANCN e enviar via CTT para a seguinte morada: Quercus – ANCN - Gestão de Sócios - Apartado 230 - 7801-903 Beja

Se preferir pagar por transferência bancária utilize a seguinte conta da CGD com o NIB: 0035 0239 0001 2649 6306 5 (neste caso informe-nos da data e montante transferido através dos contactos da gestão de sócios: 284 321326 ou 93 7788475 ou para o e-mail: gestaosocios@quercus.pt. O valor das quotas para 2016 é igual ao dos anos anteriores ou seja adulto €20; estudantes até aos 26 anos €13; jovens até aos 15 anos €8; colectivos €45; quota familiar €30.

NOVA MODALIDADE DE QUOTA: QUOTA FAMILIAR

Pode agora aderir à quota familiar se o desejar. A quota familiar destina-se ao agregado familiar e embora cada elemento mantenha um número de associado e os direitos estatutários inerentes, a quota é apenas uma e no valor único de €30 anual.
O agregado corresponde a um casal e filhos até aos 25 anos. A adesão a esta modalidade é facultativa e destina-se tanto a novos sócios como aos que já estão inscritos e que podem pedir para alterar a situação atual com efeito a partir da próxima quota a pagar. O envio deste jornal, bem como o recibo de quota será efetuado apenas ao titular do agregado que for designado para esse efeito.

DÉBITO DIRETO

Agora tem mais vantagens ao aderir ao débito direto para pagamento das suas quotas. Ao aderir a esta modalidade damos-lhe desconto no valor das quotas. Assim para jovens a quota será de €7, estudante €11, adulto €18, colectivo €40 e familiar €27. Não se esqueça de informar a gestão de sócios sobre a adesão a esta forma de pagamento.
Para mais informações sobre estas e outras questões não hesite e contacte a Gestão de Sócios.

CAMPANHA "TRAZ UM AMIGO"

Na Quercus queremos ser mais para que a nossa base de apoio se alargue e as nossas posições tenham mais influência na sociedade e para isso temos de contar consigo. Traga um familiar ou amigo para sócio da Quercus. Em troca receberá como oferta um guia de percursos pedestres editado pela nossa Associação.

NOTÍCIAS COM A "NEWSLETTER" DA QUERCUS

Com o objetivo de proporcionar mais informação aos associados e simpatizantes da Quercus tem sido editado o "Boletim Quercus". Esta edição semanal está associada ao site da Quercus e é simples de subscrever, basta registar o endereço de e-mail em **www.quercus.pt**.

Imprima e envie para QUERCUS-ANCN - Gestão de Sócios - Apartado 230 * 7801-903 Beja

QUERCUS - Associação Nacional de Conservação da Natureza
Gestão de Sócios

E-mail: gestaosocios@quercus.pt * Telf.: 284 321 326

Boletim de Admissão a Sócio

A preencher pela Quercus

Nº Sócio	Estatuto
Núcleo	Data

Nome:

Sexo (F/M):

Morada:

Localidade: C.P. __ __ __ __ - __ __ __

Concelho: Distrito: País:

Telefone: Fax: E-mail:

BI nº: Data Nasc: / / Nacionalidade:

Nº de Contribuinte: Profissão:

Data: Assinatura:

Quota anual:
Júniores (até 16 anos) - 8 Euros | Estudantes (até 25 anos) - 13 Euros | Adultos - 20 Euros | Familiar - 30 Euros | Colectivos - 45 Euros

Modo de Pagamento

☐ Numerário | Valor _____
☐ Cheque/Vale Postal* | Nº _____ Banco: _____ Valor: _____
☐ Transferência Bancária* | Data: _____ Valor: _____

A preencher pela Quercus

Recebido (Núcleo/CEA/etc.) **Receptor da Inscrição**

* Deve ser enviado juntamente com esta ficha o cheque/vale postal/comprovativo de transferência bancária

FICHA TÉCNICA

PROPRIEDADE: Quercus – Associação Nacional de Conservação da Natureza

MORADA:
Centro Associativo do Calhau,
Bairro do Calhau,
1500-045 Lisboa

TELEFONE: 217 788 474

EMAIL QUERCUS AMBIENTE:
jornal@quercus.pt

SITE QUERCUS: www.quercus.pt

DIRETOR: João Branco

DIRETORA EDITORIAL: Maria Eduarda Mota

SUBDIRETOR EDITORIAL: Nuno Sequeira

REVISÃO EDITORIAL: Raul Silva e Célia Vilas Boas

GRAFISMO: Jorge Infante

MARKETING: Marcos Bartilotti

IMPRESSÃO: Unipress, Centro Gráfico Lda

TIRAGEM: 5 000 exemplares

DEPÓSITO LEGAL Nº: 200020/03

O conteúdo dos artigos constantes nesta publicação é da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

MECENAS PRINCIPAL

REN Redes Energéticas Nacionais

MECENAS JORNAL

valorpneu

CONCURSO NACIONAL DE FOTOGRAFIA QUERCUS - BMW I

PARA TODOS OS AMANTES DE FOTOGRAFIA E DA NATUREZA

HTTP://WWW.CONCURSONACIONALFOTOGRAFIAQUERCUS-BMWI.PT/

DE 17 DE AGOSTO
A 31 DE DEZEMBRO

2017

CONCURSO NACIONAL DE FOTOGRAFIA